

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação



1290005489
UNICAMP FE
TCC/UNICAMP G745i

Camila Franzolin Araújo Gouvêa

**“INCLUSÃO ESCOLAR SOB O PONTO DE VISTA DE ALUNOS
COM BAIXA VISÃO E DE SEUS FAMILIARES”**

PREZADO LEITOR

Ao retirar o material bibliográfico, você se torna responsável por ele. Esperamos que faça bom uso e que tenha cuidado pois se houver qualquer dano (ralisco, recorta, etc.) ou extrusão do mesmo, você será o responsável pela reposição.

A DIREÇÃO

Campinas
2010

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

2011 326 88

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação

Camila Franzolin Araújo Gouvêa

**“INCLUSÃO ESCOLAR SOB O PONTO DE VISTA DE ALUNOS
COM BAIXA VISÃO E DE SEUS FAMILIARES”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Educação da UNICAMP, como
exigência para o curso de Pedagogia, sob a
orientação da Profa. Dra. Maria Elisabete
Rodrigues Freire Gasparetto.

Campinas
2010

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

FE
TCC/Unicamp
G745i
5489
130/11
x
1100
14.04.11
CDD. TITULO 785240

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**
Bibliotecária: Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

G745i Gouvea, Camila Franzolin Araujo.
Inclusão escolar sob o ponto de vista de alunos com baixa visão e de seus familiares / Camila Franzolin Araujo Gouvea. -- Campinas, SP: [s.n.], 2010.

Orientadora: Maria Elisabete Rodrigues Freire Gasparetto.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Inclusão escolar. 2. Baixa Visão. 3. Alunos. 4. Relação escolar – Família.
I. Gasparetto, Maria Elisabete Rodrigues Freire. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

10-317-BFE

Dedico este trabalho a todos os alunos que tem deficiência visual e aos professores engajados em uma educação de qualidade e para todos.

Agradecimentos

Aos meus colegas de curso, que compartilharam vários momentos em minha vida.

Às crianças e adolescentes que participam do programa de aprimoramento de deficientes visuais do CEPRE e a seus familiares que me receberam e participaram com empenho deste trabalho.

À Profa Dra. Maria Elisabete Rodrigues Freire Gasparetto que me orientou de maneira singular e à Profa. Rita de Cássia Letto Montilha, que dispôs o seu tempo contribuindo com este trabalho como segunda leitora.

Ao meu marido, que compreendeu e me ajudou nos momentos difíceis.

E principalmente a Deus por me dar forças até o presente momento.

“Lutar pela igualdade sempre que as
diferenças nos discriminem; lutar pelas diferenças
sempre que a igualdade nos descaracterize”.

Boaventura de Souza Santos

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo discutir o processo de inclusão escolar do ponto de vista do aluno com baixa visão e de seus familiares para verificar: as condições de aprendizagem, a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva e o relacionamento com professores e colegas. Os sujeitos da pesquisa são crianças e adolescentes com baixa visão, matriculados em escola regular, participantes dos programas infantis, de adolescentes, de adultos com deficiência visual do CEPRE/ FCM/UNICAMP e, bem como, seus pais ou familiares.

A pesquisa teve caráter qualitativo e quantitativo. A coleta de dados foi realizada por meio de dois roteiros de entrevistas (Apêndice 1 e 2), no período entre junho a novembro de 2010, sendo um para o filho(a) e o outro para os pais ou familiares.

O trabalho obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, os envolvidos assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexos 1 e 2) que os informava a respeito da pesquisa.

Por meio dos resultados foi possível verificar que a maioria dos alunos relatou ter dificuldades para copiar a matéria da lousa e por não receberem ajuda frequente, dependem muitas vezes dos próprios colegas, além de nem todo material ser transcrito e adaptado. Observa-se maior atenção para os alunos que estão em séries iniciais do Ensino Fundamental, enquanto os alunos de Ensino Médio encontram maiores dificuldades na realização das tarefas e pela rotatividade de professores, que nem sempre estão dispostos a ajudar.

As informações coletadas visam fornecer subsídios para o oferecimento de sugestões de uso de materiais e estratégias para melhorar o desempenho visual dos alunos em sala de aula.

Descritores: Baixa visão, recursos de tecnologia assistiva, inclusão, familiares.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Anexos do globo ocular	23
Figura 2 – Globo ocular	24
Figura 3 – O olho e a máquina fotográfica.....	24
Figura 4 – O estímulo visual do olho até o cérebro.....	25
Figura 5 – Auxílio óptico	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características pessoais e escolares de alunos. Campinas, SP, 2010 ...	37
Tabela 2 – Características pessoais e grau de satisfação dos familiares sobre o atendimento escolar dos filho. Campinas, SP, 2010.....	37

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	iv
RESUMO.....	vi
LISTA DE FIGURAS.....	vii
LISTA DE TABELAS.....	viii
1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Considerações sobre a Inclusão.....	11
1.2 O processo de escolarização do aluno com baixa visão.....	14
1.3 Aspectos Legais.....	15
1.4 O pedagógico e a política educacional.....	17
1.5 Práticas pedagógicas na escola.....	19
2. DEFICIÊNCIA VISUAL.....	23
2.1 Anatomia do olho.....	23
2.2 Conceito de Deficiência Visual.....	26
2.3 Causas da deficiência visual.....	27
2.4 Como identificar.....	29
2.5 Tecnologia Assistiva.....	31
3. PROBLEMÁTICA.....	33
4. JUSTIFICATIVA.....	33
5. OBJETIVOS.....	34
6. SUJEITOS E MÉTODOS.....	34
6.1 Local da pesquisa.....	34
6.2 Duração da pesquisa.....	34
6.3 Caracterização dos sujeitos.....	34
6.4 Critério de inclusão dos sujeitos.....	35
6.5 Critério de exclusão dos sujeitos.....	35
6.6 Abordagem metodológica.....	35
6.7 Coleta de dados.....	35
6.8 Instrumento para coleta de dados.....	35
7. ASPECTOS ÉTICOS.....	36
8. RESULTADOS.....	36
8.1 Entrevista I - Familiar / Aluno.....	38

8.2 Entrevista II - Familiar / Aluno	39
8.3 Entrevista III - Familiar / Aluno	41
8.4 Entrevista IV - Familiar / Aluno.....	42
8.5 Entrevista V - Familiar / Aluno.....	44
8.6 Entrevista VI - Familiar / Aluno.....	46
8.7 Entrevista VII - Familiar / Aluno.....	47
8.8 Entrevista VIII - Familiar / Aluno.....	48
8.9 Entrevista IX - Familiar / Aluno.....	50
9. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	51
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57
ANEXOS	60
Anexo I.....	60
Anexo II.....	64
Apêndice I.....	65
Apêndice II.....	66

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa estudar o tema relacionado à inclusão escolar de alunos com baixa visão, vinculando as questões sobre as condições de aprendizagem, disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, e os relacionamentos destes alunos na escola. Baseando-se em bibliografia disponível, o trabalho também visa conhecer o projeto pedagógico para o atendimento desses alunos, a perspectiva legislativa e o funcionamento do sistema educacional.

Caiado (2003) afirma que “até esse momento, em nosso país, a inclusão da pessoa com deficiência no ensino regular é um discurso muito distante das práticas sociais na área da educação especial. Experiências isoladas e individuais de inclusão já aconteciam principalmente entre famílias que insistiam no acesso de seus filhos à escola regular” (p.8).

Considerando tais relatos, o que motivou a estudar este tema, foi inicialmente uma questão particular, por ter vivenciado o ensino para alunos cegos, e agora pela importância da discussão entre teoria e prática de inclusão.

1.1 Considerações sobre a Inclusão

O movimento de integração é recente e a partir da década de 60 iniciou-se a discussão a respeito das práticas escolares e sociais de segregação, sugerindo-se que o aluno “recebesse” o ensino moldado às suas necessidades específicas, com base em um modelo chamado de sistema em cascata que visa um ambiente menos restritivo possível. MANTOAN (1997) critica o sistema em cascata, pois afirma que a escola oculta o fracasso, isolando os alunos e só integrando os que não comprometerem a competência da escola. A inclusão para essa autora, é vista como vida social, assim o termo integração deixa de existir.

As pessoas com necessidades especiais recebem o amparo da LEl nº 9394/96 (LIMA, 2007), que responsabiliza a família, escola e sociedade no compromisso de uma escola para todos. Antigamente as pessoas que

apresentavam qualquer tipo de deficiência ou anormalidade, eram eliminadas pela sociedade por meio da morte.

MANTOAN (1997) destaca que as pessoas com necessidades especiais convivem com a família socialmente, mas isso não se estende aos outros ambientes, como escola, clubes, etc. Tal afirmação se justifica pelas seguintes afirmações;

- pessoas com deficiência não correspondem às expectativas da sociedade, são anormais, diferentes (estigmatização);
- pessoas com deficiência não são muito capazes, são pouco produtivas;
- pessoas com deficiência são estigmatizadas e o estigma cria preconceitos que, por si, gera medo, e o medo provoca ignorância e afastamento;
- pessoas com deficiência não se encaixam nos valores da sociedade (p.45)

"conceitua-se a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade" SASSAKI (1991, p. 41)

Para que a inclusão realmente ocorra, é fundamental o papel do professor, devendo-se engajar no processo a fim de passarem dos discursos à prática, porque segundo VYGOSTKY (2003) "uma criança com uma deficiência não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que as demais, apenas se desenvolve de forma diferente".

OMOTE (2006) entende que as diferenças na educação inclusiva muitas vezes não consideram as severas deficiências que limitam acentuadamente a pessoa.

Para esse autor, pessoas com determinado comprometimento não podem ser atendidas em classes de ensino comum, mesmo que estas sejam inclusivas, apresentando necessidades especiais que um ensino comum não dá conta de atender.

Entende ainda, que a educação inclusiva deva fornecer um ensino de qualidade para todas as crianças e jovens que, embora não tenham nenhuma deficiência, apresentam grandes diferenças devidas às desigualdades sociais.

O autor assinala que para o atendimento desses alunos é necessário um ensino digno, que não se restrinja a uma prática inclusiva, mas sim às adaptações adequadas, critica o fato da responsabilidade estar exclusivamente recaída sobre o professor, diferentemente da linha teórica da MANTOAN, conforme o autor cita:

“A educação inclusiva, portanto, precisa buscar tanto a adequação das condições de ensino às necessidades de cada aluno como também a capacitação dele para adequar-se às normas e ao uso de recursos comuns da sua comunidade. O foco não pode ser apenas o meio, mas também o próprio deficiente, cuja limitação não resulta apenas das imposições do meio, mas também das alterações constitucionais de que é portador. A educação inclusiva precisa criar oportunidades não só para a maximização das diferenças vantajosas que cada aluno possa apresentar, como também deve envidar todos os esforços para a redução de diferenças desvantajosas. (OMOTE, 2006, P.15)

Presenciamos concepções diversas a respeito da inclusão, MANTOAN (1997), entende que o aluno deve estar em uma sala de aula comum, enquanto que OMOTE (2006) analisa esta prática com maior cautela, uma vez que entende que determinadas deficiências são impossíveis de serem atendidas na escola, devido às particularidades biológicas que cada indivíduo apresenta.

Segundo FARRELL (2008), a inclusão pode ser entendida com o objetivo de incentivar as escolas a reconsiderar sua estrutura, metodologias de ensino, formação de grupo de alunos e o uso do apoio a fim de responder às necessidades percebidas de todos os seus alunos. Refletir sobre o planejamento de um currículo amplo e equilibrado com a finalidade de atender a todos.

O autor anota que o Ministério da Saúde e de Educação e Cultura (MEC) está desenvolvendo o projeto “Educar na Diversidade” que visa capacitar professores de ensino para melhorar a qualidade de ensino, desenvolvendo escolas inclusivas e formando professores para a inclusão. O objetivo é preparar as escolas para a diversidade educacional dos estudantes, possibilitando que estes superem as barreiras da aprendizagem.

Conforme descrito anteriormente, existem concepções diferenciadas a respeito da inclusão, sendo a mais frequente aquela que defende a educação dos alunos em escolas regulares e menos ou quase nenhuma, a concepção da matrícula em escolas especiais e outros contextos, vistos como segregadores, mas, para o autor Farrell, as escolas especiais também podem ser inclusivas.

A "inclusão total" dirigida ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), sugere a idéia de que todos estes alunos devam ser educados em escolas regulares e, nesta visão não é aceito o atendimento em escolas especiais, unidades de encaminhamento de alunos ou o tutoramento em casa, considerando que a escola deva se capacitar com maior apoio e recursos (FARREL, 2008).

1.2 O processo de escolarização do aluno com baixa visão

Para a aquisição de conhecimentos, os alunos com baixa visão poderão fazer uso de recursos de tecnologia assistiva como: os auxílios ópticos, não-ópticos, recursos da informática, recursos eletrônicos, que vão auxiliar no desenvolvimento e conhecimento de mundo (CAIRES, 2004).

A baixa visão ou visão subnormal situa-se entre a visão normal e a cegueira. Segundo a Organização Mundial de Saúde (WHO, 1995), a baixa visão corresponde à acuidade visual igual ou menor do que 6/18 (0,3), mas, igual ou maior do que 3/60 (0,05) no melhor olho com a melhor correção possível.

O processo de aprendizagem de leitura e escrita por indivíduos com baixa visão ocorre de modo diferenciado. A capacidade de ler e escrever, relacionado ao problema visual fará com que a aquisição de leitura se dê por meio do sistema em tinta com a utilização de recursos ópticos, recursos não ópticos (ampliações, contraste entre a cor do papel e a cor do lápis ou caneta, iluminação), mudanças do espaço físico e recursos de informática (CARVALHO et al, 2002).

Quanto à política educacional brasileira para a pessoa com deficiência, o marco inicial é a Constituição Brasileira de 1988, que antes constava na LDB a Lei nº 4.024, art.88, de 1961 que anunciava "a educação de excepcionais deve,

no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade”, com a Constituição de 1988 no art.208 é afirmado que o atendimento às pessoas com deficiência, deve ocorrer principalmente na rede de ensino (LIMA, 2007).

As práticas sociais de inclusão estavam relacionadas a entidades filantrópicas, ou seja, as pessoas não recebiam atendimento educacional, conforme os documentos oficiais afirmavam.

A Conferência Mundial sobre Educação para Todos que ocorreu em Jomtiem, na Tailândia, (1990) foi um grande marco para as questões políticas da educação, onde afirma a necessidade de educação básica a todos. Sendo assim, tanto o Estado quanto os indivíduos se favorecem devido às novas oportunidades para a melhoria de vida e assim o desenvolvimento da nação.

Um documento muito importante para essa discussão é a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais. A Conferência reafirmou o compromisso da educação para todos, proclamou que a educação inclusiva proporciona uma educação afetiva; “escola inclusiva que deverá auxiliá-los a ser economicamente ativos e dotá-los com as aptidões necessárias para a vida adulta” (CAIADO, 2003).

1.3 Aspectos Legais

FARRELL (2008) esclarece que as orientações contidas nos Dados Coletados pelo Tipo de Necessidade Educacional Especial, fornecem uma descrição mais completa de deficiências sensoriais e incapacidades físicas relacionada com o Censo Escolar Anual do Nível dos Alunos. O Departamento de Educação e Habilidades (Department for Education and Skills – DfES) enviou um esboço original com descrições para uma amostra de escolas. A orientação descreve separadamente a deficiência visual, a surdez, a deficiência múltipla e as incapacidades físicas.

As escolas precisam registrar apenas os tipos de necessidades dos alunos que estão recebendo provisão educacional especial por meio do acompanhamento escolar específico ou pelo registro de Necessidades Educacionais Específicas (NEE). Em relação à deficiência visual, a afirmação é a seguinte:

“Ela se refere a dificuldades variadas, que vão desde um comprometimento menor até a cegueira. Os alunos com deficiência visual abrangem todo o intervalo de capacidades. Para propósitos educacionais, considera-se que o aluno é deficiente visual se requer adaptações em seu ambiente ou uma diferenciação específica nos materiais de aprendizagem a fim de acessar o currículo.” (DfES,2003, p.3 apud. FARRELL,2008, p. 12)

O aluno só recebe registro se estiver recebendo provisão adicional para ajudá-lo a acessar o currículo, com relação à cegueira a afirmação é a seguinte:

“Os alunos cegos ou os que possuem uma visão útil muito limitada requerem métodos táteis de aprendizagem, como braille e representações em 3D, além de um uso ótimo de sua audição. Os alunos com visão parcial também precisarão de materiais diferenciados e poderão usar letras aumentadas ou um misto de métodos de aprendizagem.” (DfES,2003, p.3 apud. FARRELL,2008, p. 13)

Uma incapacidade só é considerada uma NEE quando origina uma dificuldade de aprendizagem que requer uma provisão educacional especial. Quanto às provisões para atendimento dos alunos, o Código das Necessidades Educacionais Específicas apresenta que podem requerer: acomodações, condições acústicas e iluminação apropriada, adaptações no ambiente físico da escola, adaptações políticas e procedimentos escolares, provisão de materiais táteis e cinestésicos, sistemas de ampliação, etc.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional n. 9.394/96 ao falar do alunado da educação especial, amplia a categorização das pessoas com necessidades especiais por falar no educando com necessidades especiais. Outra abordagem da lei refere-se ao atendimento de apoio especializado quando necessário a esses alunos, mas também se faz necessário o atendimento contínuo, pois em específico aos alunos com baixa visão, se a escola não possuir materiais adequados e professor especializado, o ensino será incompleto (LIMA, 2007).

Após um breve contato com a legislação e o contexto social é possível perceber que a educação especial deve continuar sob a responsabilidade da sociedade civil, mas as famílias que tem um lugar social diferenciado estão conseguindo o acesso para as pessoas com deficiência até mesmo nas faculdades, no entanto, as famílias que não contam com esse privilégio tem acesso restrito, muitas vezes somente até o ensino fundamental e por fim o fracasso escolar, conforme afirma CAIADO (2003).

A legislação favoreceu a visibilidade da pessoa com deficiência física conforme descrito. Na legislação atual, a pessoa com deficiência ganhou o status de cidadã. Hoje, olha-se para ela como alguém que tem direitos e capacidades. "Resta o movimento social avançar ao patamar da conquista desses direitos." CAIADO (2003).

Cabe ressaltar a Declaração de Salamanca, por ser muito mencionada na legislação por considerar o direito a todas as pessoas à educação, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1984, a fim de que sejam garantidos a todos, esse direito, independente de suas diferenças particulares.

Todos devem ter igualdade de oportunidades e os estados são responsáveis por garantir a educação integrante no sistema educativo. O Decreto 696/1995, de 28 de abril, a respeito da educação dos alunos com necessidades educacionais especiais demonstra a tentativa de melhorias nesta área com intuito de proporcionar maior qualidade de vida familiar, social e profissional.

Os artigos 205 ao 214, apresentam o direito de todos a educação, sendo dever do estado e família, cabendo às instituições as adaptações necessárias.

1.4 O pedagógico e a política educacional.

A partir de fins da década de 70 vem ocorrendo entre profissionais envolvidos na área de educação especial, discussões sobre os processos políticos e os objetivos a serem desenvolvidos para de fato ocorrer um trabalho de qualidade com as pessoas com necessidades especiais, são eles: gestores, pesquisadores, educadores, entidades assistenciais, entre outros.

Muito se tem falado em educação especial e por este motivo, jargões, crenças, senso comum, teorias acabam construindo informações que ao invés

de auxiliar, constroem uma posição simbólica de negatividade no que diz respeito às relações sociais mais interativas.

Diante disto, utilizam-se diferentes denominações para esses alunos, tais como; excepcionais, portadores de deficiência, portadores de necessidades especiais, com a intenção de minimizar a estigmatização destas denominações, e produzir o “politicamente correto”.

Segundo Silva (2001), os educadores veem-se pertencentes a mundos diversos, como se a determinação da clientela descaracterizasse o conceito de educar, o que trás consequências entre a relação da educação especial na área de Educação, excluindo e deixando à margem estes alunos à forma de vida social “normal”.

Neste contexto, aparecem as instituições especializadas a parte do sistema regular de ensino, e à educação especial neste contexto cabe a responsabilidade de atender esta clientela, e oferece um pouco de tudo, atendimentos com fonoaudiólogas, terapeutas, psicólogos, fisioterapeutas, etc.

Muitas vezes o atendimento ocorre em um período de 4 horas, por não funcionarem em período integral, ocasionando um atendimento sem muita qualidade e muitas vezes os pais pagam por este serviço especializado.

Outro ponto é atentar para o cotidiano de nossa sociedade, sendo difícil encontrar pessoas com necessidades especiais circulando em espaços sociais e quando ocorre muitos se expõe a um estado de mendicância.

“A crítica ao movimento integrador é feito também ao trabalho pedagógico desenvolvido pelos contextos educacionais especiais que tem priorizado o “adestramento” à elaboração do conhecimento, além do isolamento deles decorrente.” (SILVA, 2001. pg 183)

Assim, existe uma crítica do movimento ao descaso dos poderes públicos ao atendimento dessa clientela e à falta de políticas públicas específicas que atendam.

Diante deste fato, os integracionistas, reclamam que o que tem ocorrido é o surgimento de classes para pessoas com deficiência para atender a demanda da educação especial, mas que não foram postos em prática, como as salas de recurso e serviços itinerantes.

O poder público não presta o serviço e assim as entidades assistenciais sem fins lucrativos assumem e recebem uma parcela do orçamento vindos justamente do poder público. Silva (2001) ainda relata que é importante cuidar com a integração e segregação, pois no sentido literal, são antônimos, mas são movimentos dinâmicos nas relações humanas.

Assim os documentos oficiais apresentam uma proposta que na prática é outra, e muitas instituições não públicas acabam assumindo esse papel, e muitas apenas desenvolvem uma posição assistencialista, a esse fato soma-se o despreparo profissional com o mínimo de qualificação acarretando discrepâncias entre a educação especial e o corpo da Educação e principalmente um trabalho de baixa qualidade e segregador.

Os ideais integracionistas são sobrepostos pelo discurso da escola inclusiva a partir da década de 90, baseando-se em aspectos legais de direito a todos, com referência a Constituição de 1988 e a Declaração de Salamanca, 1994.

Por isso a questão da inclusão é bem discutida, pois alguns entendem como espaço exclusivo da rede pública onde qualquer pessoa com necessidade especial deve ser vinculada a uma classe comum e outros entendem que é necessária a capacitação dos professores para isso, e ainda o encaminhamento para serviços especializados.

É importante entender que acima de tudo está o educar como um acesso à cidadania, e discutir a educação especial requer reflexão.

1.5 Práticas pedagógicas na escola.

Para poder analisar os alunos em questão, matriculados na escola é necessário antes de qualquer coisa pensar as práticas pedagógicas que vem sendo construídas para atender esses alunos. São essas práticas que revelam as concepções do educador sobre a educação e de deficiência, mesmo que o educador não tenha consciência das concepções que fundamentam seu trabalho, segundo a autora, entender os processos históricos facilitam a reflexão sobre o trabalho pedagógico.

A fundamentação utilizada no texto segue a idéia de VYGOTSKY (1993) a respeito da evolução histórica da deficiência visual, que compreende três

estágios principais: período místico, período biológico-ingênuo e um período científico. O período místico compreende a Antiguidade, Idade Média e parte da História Moderna, e neste período a cegueira é tida como uma grande desgraça e um dom extraordinário (visão interior, luz espiritual, profeta do futuro, etc.) neste caso o cego é visto como privilegiado, que não se distrai com as coisas mundanas, se afasta do pecado original.

Em algumas entrevistas a autora notou a presença desta visão mística do cego até hoje ou incapaz ou extraordinariamente dotado, segue um fragmento de entrevista que revela este fato:

Às vezes, alguém vai me guiar e me segura muito forte, como se eu não tivesse equilíbrio, ou então, a pessoa fala alto, pois pensa, até inconscientemente, que sou deficiente auditiva, ou então, uma pessoa vai explicar alguma coisa e diz tudo nos mínimos detalhes como se eu não soubesse das coisas. É uma confusão muito comum, e até muito sutil, as pessoas pensarem que temos algum outro tipo de deficiência, mesmo que não pensem de maneira tão explícita. Penso que o professor também é suscetível a essa confusão que pode levá-lo a uma certa insegurança quanto à aprendizagem da pessoa com deficiência. Há professor que acredita que a pessoa com deficiência visual não aprende porque é um deficiente global e, outros, que acreditam que porque ele não tem visão, desenvolveu uma inteligência extraordinária. Às vezes, as pessoas procuram esse lado meio sensacional, de achar que a pessoa com deficiência é uma pessoa extraordinária, mas há pessoas muito diferentes, inclusive dentro da categoria da deficiência (CAIADO, 2003).

O período biológico-ingênuo, Iluminismo, séc. XVIII, com a ascensão da burguesia surgiram avanços científicos, o homem tem a razão, não é mais uma questão divina, assim o pensamento filosófico se volta para o laico, onde o homem é um ser pensante de natureza racional, neste momento duas correntes são fortes, o inatismo (ato reflexivo) e empirismo (impressões). Neste momento a educação passa a ser vista como ideal e para todos, surgindo grandes nomes que trabalharam com pessoas com deficiência, Jacob Pereira (1715-1780), Jean Marc Itard (1774-1838), Valentin Haüy (1745-1822), Louis

Braille (1809-1852), e que segundo CAIADO (2003), acreditavam na capacidade de aprendizado da pessoa com deficiência e que o aprendizado ocorre com auxílio e estimulação de sentidos remanescentes. A educação pelos sentidos está fundamentada em uma concepção filosófica na razão humana e nesta visão muitos estudiosos acreditavam que uma deficiência levava ao aprimoramento de outro sentido, fundamentando a filosofia empirista de que o conhecimento humano se dá pela experiência sensível.

O avanço do período místico para o biológico ingênuo é grande, de uma educação idealista para uma realista enquanto que o período científico traz a reflexão sobre a educação da pessoa cega, pois agora o indivíduo é social e histórico (período da Idade Moderna) e, nesta visão a compensação existe para os deficientes, mas não é orgânica, mas sim social, ou seja, a aprendizagem está baseada na convivência social, e esse conhecimento é mediado por símbolos (CAIADO, 2003).

“Porém, essa limitação biológica gera um conflito. Se de um lado, o processo de humanização impulsiona o indivíduo para o convívio social, de outro lado, a limitação biológica, de mobilidade e de recepção visual, dificulta os processos sociais.” (CAIADO, 2003 p.40).

Contra as limitações da cegueira buscam-se, para essa autora, três dimensões: a prevenção da cegueira enquanto produção social, ações educacionais e acesso ao trabalho criador. Para VYGOTSKY (1993) a superação da cegueira depende de um novo projeto político e de uma nova sociedade.

Para HERRERO (2000) uma criança apresenta deficiência visual quando interfere no bom desenvolvimento da aprendizagem e pode ser evitado com adaptações aos atuais métodos de aprendizagem, por meio de materiais específicos.

Muitas crianças que estão integradas à escola comum, atingem níveis de desenvolvimento intelectual equiparáveis às videntes, considerando que a imagem da realidade se difere, mas não quer dizer pior ou melhor. A linguagem assume papel primordial nestes casos, obriga grande esforço de memória de trabalho e está limitada a área de toque (HERRERO, 2000).

Quanto ao desenvolvimento das crianças na primeira infância, as crianças com deficiência visual adquirem a coordenação ouvido/mão com um atraso de meio ano considerando a aquisição das crianças videntes, a linguagem e o pensamento realizam papel mediador importante onde permite à criança com deficiência visual o conhecimento de aspectos que não alcançaria utilizando os canais sensoriais. (HERRERO, 2000).

Quanto à leitura, algumas crianças se utilizam do sistema Braille, que é representado por combinação de pontos sobre uma matriz de base 2x3, esses pontos tem relevo e são lidos com os dedos indicadores, o que faz com que as crianças com deficiência leiam com mais necessidade de tempo. A matemática é uma área de dificuldade devido às limitações que tem com a representação espacial e abstrata, assim se faz necessário o manuseio com materiais no concreto e se modifiquem para as operações matemáticas básicas de soma e subtração. O ábaco é um instrumento utilizado para esse fim, sendo o mais eficaz. (HERRERO, 2000).

Segundo os estudos da Herrero, na área de conhecimento geral, é necessário adaptar materiais às características específicas de seu modo de perceber o mundo (mapas, globos em relevo, excursões, maquetes, miniaturas, etc). A educação física e o jogo recreativo tem papel importante no desenvolvimento psicomotor destas crianças. Além das adaptações curriculares necessárias, estes alunos têm necessidades funcionais como orientação e movimentação, hábitos de vida, reabilitação visual, etc.. É necessário que eles conheçam o ambiente externo baseados em uma noção de si próprio com fundamentação no próprio corpo e, como pontos de referência, muitos utilizam a ecolocalização devido ao eco que os objetos produzem e capacidade em que se educa a orelha. (HERRERO, 2000).

É importante desenvolver um trabalho de orientação e mobilidade por permitir a autonomia de deslocamento destes indivíduos porque, em sala de aula, preferencialmente, a atenção está relacionada a objetos que não devem ser deixados no meio da sala, as cadeiras devem ser colocadas junto às mesas, portas abertas ou completamente fechadas em prol da mobilidade freqüente deste aluno. (HERRERO, 2000).

Pode-se entender quão importante é o trabalho do professor e a preparação de uma unidade didática para atendimento do aluno com

deficiência visual e ainda a elaboração de materiais concretos para este atendimento.

2. DEFICIÊNCIA VISUAL

Segundo FERREL (2008), existem alguns termos que devem ser definidos como: deficiência visual, cegueira e visão reduzida. O primeiro é usado para indicar a perda da visão incluindo a cegueira que pode ser referida em níveis de perda de visão, e a visão reduzida é usada para crianças em que a aprendizagem e ensino envolvem principalmente métodos que dependem da visão.

2.1 Anatomia do olho

Baseado no Caderno de Educação Especial (2002), o globo ocular está situado dentro de uma cavidade óssea e possui aproximadamente 24 mm de diâmetro anteroposterior e 12 mm de largura. As sobrancelhas, cílios e as pálpebras são protetoras do globo ocular. Impedem que partículas, como poeira, caiam dentro do olho. As pálpebras também tem como função a distribuição da lágrima ocorrida durante o piscar.

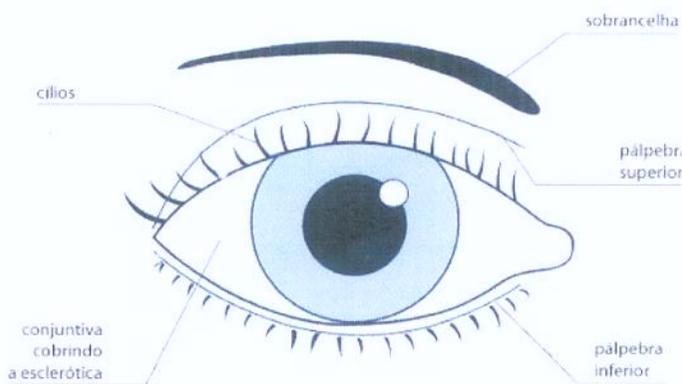


Figura 1 – Anexos do globo ocular

Fonte: Cadernos de Educação Especial, 2002.

A conjuntiva é uma película vascular que recobre a esclera na porção visível, até a córnea. Também recobre a parte interna das pálpebras inferiores e superiores.

Os músculos – cada olho possui seis músculos que possibilitam sua movimentação para os lados. Quando os músculos funcionam, normalmente os dois olhos estão sempre mirando na mesma direção, mas se algum músculo não funciona bem, ocorre o estrabismo ou vesguice.

A glândula lacrimal produz a maior parte da lágrima que banha o olho, no canto interno da pálpebra (próximo ao nariz) existe o orifício e o canal que levam a lágrima para o nariz, a lágrima limpa, facilita o ato de piscar e nutre o olho.

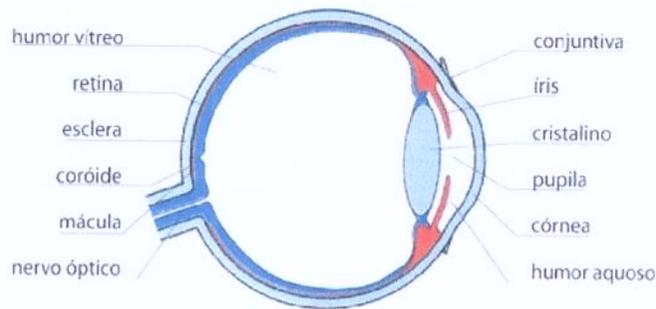


Figura 2 – Globo ocular

Fonte: Cadernos de Educação Especial, 2002.

A córnea é uma membrana transparente, localizada na frente da íris e a sua função é permitir a entrada de raios de luz no olho e a formação de uma imagem nítida na retina. A íris é um disco colorido com um orifício central, a pupila. A sua função é controlar a entrada de luz que entra no olho: ambiente com muita luz faz fechar a pupila; ambiente com pouca luz faz dilatar a pupila, exerce a função idêntica ao diafragma da máquina fotográfica.

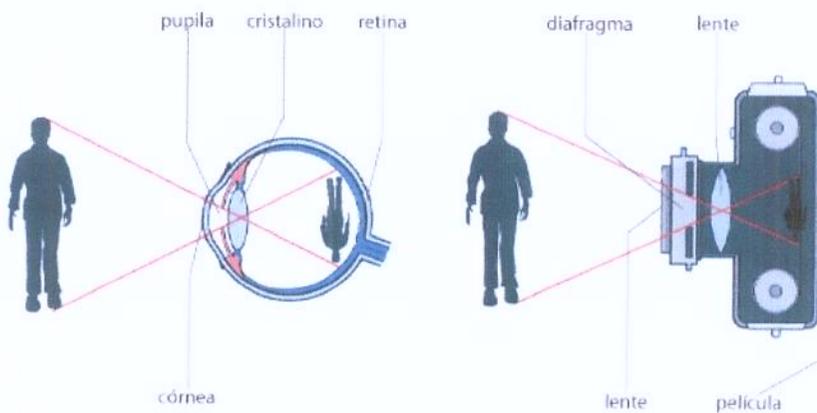


Figura 3 – O olho e a máquina fotográfica

Fonte: Cadernos de Educação Especial, 2002.

O cristalino é como se fosse uma lente convexa, transparente, flexível (capaz de modificar sua forma), localizada atrás da íris. Sua função é focar os raios de luz para um ponto certo da retina.

A retina é a camada nervosa, localizada na porção interna do olho, onde se encontram células fotorreceptoras (cones, responsáveis pela visão central e pelas cores, bastonetes, responsáveis pela visão periférica e noturna). Sua função é transformar os estímulos luminosos em nervosos e assim são enviados ao cérebro pelo nervo óptico. No cérebro a mensagem é traduzida em visão.

A coróide é uma camada intermediária, rica em vasos que servem para nutrição da retina. A região da retina, responsável pela visão central, chama-se mácula, no qual se localizam os cones.

O humor vítreo é uma substância viscosa e transparente, semelhante a uma gelatina, que preenche a porção entre o cristalino e a retina. Já o humor aquoso é um líquido transparente, que preenche o espaço entre a córnea e a íris. A sua principal função é nutrir a córnea e o cristalino e também regular a pressão interna do olho. A esclera é a parte branca do olho e tem como função a proteção ocular.

Enxergamos as imagens quando os raios de luz atravessam a córnea, o humor aquoso, a pupila, o cristalino e o humor vítreo. Meios que devem estar transparentes para que possa chegar a informação à retina e então para o cérebro por meio do nervo óptico. Qualquer diminuição desta transparência nas estruturas que passam a luz ou mesmo com formações de imagens fora da retina podem ocasionar deficiência visual irreversível. Assim é necessário que a retina e o cérebro recebam estímulos visuais nítidos desde o nascimento.



Figura 4 – O estímulo visual do olho até o cérebro

Fonte: Cadernos de Educação Especial, 2002.

2.2 Conceito de Deficiência Visual

A visão subnormal ou baixa visão não é muito conhecida, pode se definir como, perda grave de visão, que não pode ser corrigida por tratamento clínico ou cirúrgico, nem com óculos convencionais. Pode ser descrita como qualquer grau de dificuldade visual que incapacite funcionalmente e diminua o desempenho visual. A capacidade funcional não está relacionada somente aos fatores visuais, mas também às reações da pessoa à perda visual e aos fatores ambientais que interferem no desempenho. (CARVALHO, GASPARETTO, VENTURINI, KARA-JOSÉ, 2002).

O Caderno de Educação Especial - CEE (2002) considera algumas questões a respeito da visão no quanto ao funcionamento da mesma. A visão central é aquela em que a imagem cai na retina, em uma área chamada mácula, essa visão é cheia de detalhes. É importante na leitura para perto, para longe nas atividades que exige percepção de detalhes. A visão periférica é aquela que se forma fora da mácula, na periferia da retina. Essa visão é pouco rica em detalhes; percebe-se a presença dos objetos e movimentos, mas sem muita nitidez. É importante para se locomover, principalmente à noite com pouca iluminação.

O documento ainda destaca as definições a respeito da capacidade que cada indivíduo tem em enxergar e quais as qualificações quando ocorre qualquer alteração na visão. A acuidade visual refere-se a distancia a que um determinado objeto pode ser visto, ou seja, é a capacidade visual de cada olho (monocular) ou dos dois olhos em conjunto (binocular). E o campo visual, é toda a área que abrange sua visão, sem movimentar os olhos.

A cegueira ou perda total da visão é uma redução da acuidade visual central desde cegueira total (nenhuma percepção de luz) até acuidade menor que 20/400, ou seja, 0,05 em um ou ambos os olhos, ou redução do campo visual ao limite inferior a 10°. A cegueira ou perda total da visão pode ser adquirida ou congênita (desde o nascimento). O indivíduo que nasce com o sentido da visão, e perde mais tarde, e que guarda memórias visuais, consegue lembrara das imagens, luzes e cores que conhecem e isso é muito útil para a readaptação. (CEE, 2002)

A baixa visão é considerada a acuidade visual central maior que 20/400 até 20/70 (0,3) – OMS (Organização Mundial de Saúde). Sendo assim é a alteração da capacidade funcional decorrente de fatores como rebaixamento significativo da acuidade visual, redução importante do campo visual, e da sensibilidade aos contrastes e limitações de outras capacidades. (Caderno de Educação Especial 2002)

Como já dito anteriormente, as causas de deficiência visual podem envolver fatores genéticos, que surgem durante o desenvolvimento fetal ou durante o nascimento e ainda aqueles que ocorrem na infância. As condições e síndromes que ocorrem podem ser geneticamente determinantes, sendo transmitidas por um ou ambos os pais, que muitas vezes desconhecem ser portadores da condição.

2.3 Causas da deficiência visual

Baseado no Caderno de Educação Especial destaca-se as seguintes possíveis causas de deficiência visual. As causas podem ser congênitas e adquiridas, a atrofia óptica é a perda total ou parcial da visão, dificuldade para discriminar objetos a distância para leitura, diminuição ou ausência de visão de cores, falhas perceptivas. A catarata congênita, é o embaçamento do cristalino, impede a passagem da luz para a retina, provocando baixa visão. Pode ser ocasionada por infecção durante a gravidez, como o vírus da rubéola; hereditária ou por trauma durante o parto. Tem diferentes intensidades, podendo ser indicada cirurgia. As cataratas congênitas de grau avançado devem ser operadas nas primeiras semanas de vida, a não ser que existam complicações, a acuidade visual vai se manter ou até mesmo melhorar com o tempo.

O glaucoma congênito é o aumento da pressão interna do olho causado por uma anomalia na eliminação do humor aquoso. A criança apresenta aumento do globo ocular, muita sensibilidade à luz, lacrimejamento e coceira. A cirurgia deve ser feita decidida o mais depressa possível, pois a perda visual pela hipertensão é rápida na criança. A manutenção da visão residual dependerá do completo controle da pressão intra-ocular. Se ocorrer traumatismo, em alguns casos há o perigo de perfuração, pois o olho fica muito

grande. Nestes casos a criança precisa de bastante iluminação no local de trabalho e esta iluminação não pode causar reflexo. As doenças hereditárias podem causar deficiências na visão, como o albinismo (ausência de pigmentos nos olhos, fotofobia), daltonismo (incapacidade de distinguir cores), hemofilia (condição hemorrágica hereditária), anomalias na retina, córnea, íris, mácula, nervo óptico e altas miopias. (CEE, 2002)

A conjuntivite gonocócica ocorre em partos normais, quando a mãe apresenta doença venérea (a gonorréia), e assim transmite ao filho. É necessário que o recém nascido seja tratado logo ao nascer, pois pode causar úlcera na córnea ou mesmo a perfuração ocular por causa do microorganismo acarretando em baixa visão ou mesmo cegueira. Toxoplasmose ocorre quando a mãe é infectada durante a gravidez, por agentes transmissores presentes nas fezes de gatos, cachorro, aves, carne de porco e pode passar para o feto. As neurites ópticas são inflamações no nervo óptico do recém-nascido, geralmente associada à presença de anemia, subnutrição, diabetes ou uso de drogas da mãe. Pode levar a cegueira ou a visão deficiente. (CEE, 2002)

Retinopatia do recém-nascido (Fibroplasia Retrolental) ocorre nos bebês prematuros expostos ao oxigênio das incubadoras, o que provoca o aparecimento de uma massa fibrosa na região da retina que pode levar ao deslocamento. Geralmente acarreta visão muito baixa e para os que tem visão útil as lentes de aumento e os telescópicos ajudarão a eficiência visual para perto e para longe com auxílio de um foco de luz nas tarefas de perto. Retinose pigmentar é uma doença hereditária cujos sintomas em geral aparecem no jovem, é uma degeneração da retina que começa na periferia e lentamente compromete a visão central, não há cura e tende a levar à cegueira. Coriorretinite macular, são processos inflamatórios que atingem a coróide e a retina, tendo possíveis causas, a toxoplasmose, tuberculose, cisticercose entre outras. Pode ocorrer a perda da visão central, a visão de cores poderá estar prejudicada, há perda do campo central e há dificuldade no uso da visão de detalhes. (CEE, 2002)

De forma geral, a Miopia, Hipermetropia, Astigmatismo, Ambliopia e o Estrabismo não são considerados causas de deficiência visual, mas logo na infância é importante diagnosticar e tratar, pois podem interferir no desenvolvimento e aprendizagem. Miopia, a imagem se forma num ponto

anterior à retina, a dificuldade é ver nitidamente à distância. Geralmente as pessoas míopes apertam os olhos para ver melhor e aproximam objetos para perto dos olhos para ver melhor. Quando ocorre a hipermetropia a imagem se forma atrás da retina, os hipermétropes tem dificuldade de enxergar de perto e precisam de esforço maior para acomodar a imagem na retina. É comum sentirem dores de cabeça, tonturas, cansaço visual, principalmente se estiverem lendo, escrevendo, com objetos próximos dos olhos.

O astigmatismo ocorre quando a córnea não é esférica, isto é, sua curvatura se difere de um ponto ao outro, a imagem formada na retina fica distorcida, pode estar associado à miopia ou à hipermetropia. As pessoas com astigmatismo quando não usam óculos, podem ter dores de cabeça, ardor ocular e olhos vermelhos aos esforços visuais nas tarefas de longe e perto. A ambliopia é chamada de "olho preguiçoso" a baixa visual em um ou nos dois olhos, apesar do fundo do olho ser normal, quase sempre se pode prevenir e tratar e as causas mais comuns são o estrabismo, a anisometropia (grande diferença entre o grau de um olho e o outro, a alta miopia, a hipermetropia ou astigmatismo).(CEE, 2002)

2.4 Como identificar

Segundo o Caderno de Educação Especial (2002), a identificação da criança cega é mais fácil de ser realizada do que aquelas com baixa visão, e assim pode ficar muito tempo sem ser detectar a deficiência tanto por parte da escola quanto dos pais. Necessário é uma observação atenta para detectar prováveis comprometimentos visuais, físicos, de sensibilidade à luz, distúrbios relacionados com movimentos, sensibilidade à contrastes, iluminação, campo de visão e auxílios ópticos

Quanto aos físicos, podem ser irritação crônica nos olhos, olhos lacrimejantes, pálpebras avermelhadas, inchadas ou remelosas. Náuseas, visão dupla após leituras, enevoamento visual, hábito de esfregar os olhos, franzir ou contrair o rosto ao olhar para objetos distantes, inquietação, irritabilidade ou nervosismo devido ao esforço prolongado a trabalhos visuais e a capacidade visual de leitura é por curto tempo. A sensibilidade à luz, demonstra-se através de um comportamento diante da luminosidade direta nos

olhos, em locais com muita claridade esbarra nas pessoas e objetos. (CEE, 2002)

Os distúrbios relacionados com movimentos relacionam-se à inclinação da cabeça para um lado ou outro durante a leitura assim como cautela excessiva ao andar, tropeçar sem razão e evitar corridas, durante as leituras segurar muito próximo os livros. A sensibilidade a contrastes pode ser percebida quando o indivíduo não percebe os desníveis de piso, degraus de escadas e o rosto humano: mas, pode perceber objetos claros sobre superfícies escuras ou ao contrário. Quanto à iluminação, necessita de iluminação direta no material de leitura e o uso de cores mais contrastantes, troca de cor pode facilitar a leitura. (CEE, 2002)

O campo de visão é a área de alcance da visão quando olha para frente, muitas vezes o sujeito movimenta as mãos para perceber o campo visual, às vezes não percebe o movimento lateral de objetos, posicionamento da cabeça durante a leitura é outro indicativo. Os auxílios ópticos são indícios mais evidentes, quando utilizam óculos, óculos com lentes fotocromáticas, lentes de aumento, utilizam algum auxílio óptico. (CEE, 2002)

Com este tipo de avaliação, o professor ou responsável pode encaminhar o aluno para um oftalmologista e para o atendimento especializado, e com auxílio do laudo médico, ocorre maior e melhor objetividade e orientação de recursos a serem utilizados e/ou adaptações curriculares que sejam necessárias em sala de aula.

FARRELL (2008), considera que o funcionamento visual refere-se a quão bem a criança utiliza a visão nas atividades diárias. Duas crianças com a mesma acuidade visual podem diferir no funcionamento visual; por exemplo, uma pode estar disposta a utilizar a visão que possui e beneficiar-se de melhores habilidades de mobilidade e orientação do que a outra.

O professor de deficientes visuais, bem qualificado, normalmente avalia o funcionamento visual, o que envolve consultar a criança e outras pessoas que a conhecem. A avaliação investiga forças e fraquezas na maneira de utilizar a visão, levando em conta o desenvolvimento cognitivo e social.

Quanto à avaliação educacional, o autor informa que auxilia o professor a identificar as capacidades perceptuais e cognitivas das crianças e identificação de objetos bi e tridimensionais, coordenação olho-mão e

diferenciação de cores. Os objetivos de tais procedimentos são de auxiliar os professores a descobrirem as capacidades que o aluno pode desenvolver em sala de aula e assim planejar tarefas que estimulem as habilidades dos mesmos, sem discriminar ou comparar.

2.5 Tecnologia Assistiva

Com a finalidade de melhorar o aprendizado de indivíduos com deficiências, a tecnologia assistiva é um conjunto de equipamentos, serviços, estratégias e práticas.

"Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social" (SICORDE, 2007).

Os recursos de tecnologia assistiva podem ser ópticos, não ópticos, de informática e eletrônicos.

Segundo o Caderno de Educação Especial (2002), os auxílios não-óticos, são algumas modificações do ambiente, como controle de iluminação sendo ideal ambiente uniformemente iluminado, o aluno pode ficar mais próximo às janelas e em caso de fotofobia, usar cortinas leves. Para diminuir ofuscamento, utilizar lentes polarizadas, tiposcópios, para melhorar o posicionamento postural recomenda-se os acessórios como o suporte de leitura, para aumentar o contraste, a caneta de ponta porosa preta, papel com pautas pretas, não deixando de se considerar também o posicionamento do aluno com baixa visão em sala de aula.

Para leitura em quadro de giz, é melhor que o aluno sente em frente e no centro da sala, ou de acordo com a melhor visão que tiver.

O uso de contraste melhora a função visual, assim o quadro negro e giz branco são mais recomendados e não o quadro verde. Os materiais escolares como os cadernos, devem ter pautas bem pretas, utilizar lápis nº 1 ou nº 6B, pelo grafite ser mais mole e também deve ser incentivado o uso de canetas porosas pretas.

A ampliação é um recurso de aproximação do material aos olhos muito utilizado pelas crianças. Para melhorar o desempenho visual na leitura de perto e escrita também são recomendados auxílios ópticos, considerando que a distância focal de cada aluno será determinada pelo grau deste auxílio.

Para as pessoas com baixa visão, o trabalho educacional ou de reabilitação deve se voltar para o aprendizado da utilização do resíduo visual, ou seja, o aluno deverá utilizar todo o potencial de visão que possui.

O auxílio da família é primordial para que o educando utilize a visão residual, "Todo trabalho de utilização do resíduo visual, auxilia o aluno com baixa visão, a frequentar as escolas de ensino regular com melhor desempenho visual, proporcionando melhor inclusão social". (NOBRE, TEMPORINI, KARA-JOSÉ, MONTILHA, 2001).

Os auxílios ópticos ajudam a melhorar o desempenho visual por meio da magnificação da imagem, são de diversos tipos e podem ser adquiridos por indicação médica, são eles: óculos, lupas, telelupas, etc.



Figura 5 – Auxílio óptico

Fonte: Cadernos de Educação Especial, 2002.

FARRELL (2008), apresenta o importante papel das TICs (Tecnologia de informação e comunicação), que possibilitam que o alunos escreva um trabalho falando o texto para um computador, oferece o acesso a visão com letras aumentadas, a audição em síntese da fala e o tato convertendo textos em impressos em braile, pode ainda acessar informações em sites de internet e ainda fazer downloads para o computador.

Esse tipo de tecnologia auxilia os alunos a adquirirem maior autonomia e desenvolver independência na aprendizagem.

3. PROBLEMÁTICA

Os problemas que apontam para a relevância deste estudo foram as condições de aprendizagem dos alunos com baixa visão na ausência de recursos de tecnologia assistiva para melhorar o desempenho visual, e o relacionamento com os professores que muitas vezes estão despreparados para recebê-los, mas também, pelo fato de não receberem respaldo institucional de profissionais capacitados, deixando desamparado o aluno em sala de aula (GASPARETTO, 2001).

Muitos alunos obtiveram experiências negativas por serem considerados incapazes, taxados por muitos profissionais como crianças com déficit de atenção, problemas cognitivos, entre outros, quando na realidade o fato é que existe o despreparo do professor e instituição em receber esses alunos.

O tema em questão é bastante polêmico na sociedade atual, reconhecendo-se que muito daquilo que está escrito na legislação nem sempre é cumprido. São as práticas pedagógicas que revelam as concepções que o educador tem sobre a baixa visão. É importante ressaltar que a legislação veio para contribuir na visibilidade do alunado com deficiência e por esse motivo, o olhar é voltado para a situação estabelecida no contexto escolar. Alguns destes alunos demonstram a dificuldade de estudar, devido à ausência de materiais e das alterações ambientais (GASPARETTO, 2010).

4. JUSTIFICATIVA

Devido às experiências de auxiliar docente com alunos do 2º ao 5º ano em 2008, percebi a importância de um ensino adequado e direcionado aos alunos com cegueira e baixa visão. Muitas vezes não recebiam apoio e material adequado pela falta de estrutura e também de conhecimento. Outro ponto a ser levantado, é que muitas escolas recebem o aluno com deficiência por serem obrigadas por lei, apenas “colocam” o aluno em sala de aula e não se preocupam com as especificidades necessárias ao atendimento desses alunos, como: sala de recursos, professores auxiliares, material adequado, etc.

Assim interessei-me pelo estudo para entender os direitos destes alunos e como os professores podem auxiliar neste processo de ensino.

5. OBJETIVOS

Discutir o processo de inclusão escolar do ponto de vista do aluno com baixa visão e de seus familiares para verificar: as condições de aprendizagem, a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva e o relacionamento com professores e colegas.

6. SUJEITOS E MÉTODOS

Trata-se de estudo descritivo de abordagem qualitativa e quantitativa, realizado de acordo com as normas da Resolução 196/96 do CONEP. Foi explicado aos sujeitos e somente após anuência foi solicitada assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexos 1 e 2).

Pesquisa qualitativa (DEMO, 1992) que reconhece a complexidade na interação entre o profissional e o meio, além da análise de significados que os sujeitos dão às suas ações. A pesquisa qualitativa se preocupa com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais (MINAYO, 2000). Pesquisa quantitativa por que serão solicitadas informações a um grupo de pessoas acerca do problema estudado (MINAYO, 1993).

A pesquisa foi realizada com alunos com baixa visão que freqüentavam o Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação Prof. Dr. Gabriel Porto da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas e que estavam matriculados no sistema de ensino público ou privado. Foi aplicada entrevista aos alunos e aos seus familiares.

6.1 Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada no Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação Prof. Dr. Gabriel O. S. Porto - CEPRE/ FCM/UNICAMP.

6.2 Duração da pesquisa

A pesquisa se desenvolveu no período entre junho a novembro de 2010.

6.3 Caracterização dos sujeitos

Os sujeitos envolvidos foram constituídos por crianças e adolescentes com baixa visão matriculados na escola e participantes dos programas infantil e de adolescentes e adultos com deficiência visual do CEPRE/ FCM/UNICAMP.

6.4 Critério de inclusão dos sujeitos

A participação na pesquisa seguiu o critério de que os sujeitos deveriam estar matriculados na escola e participarem dos programas infantis e de adolescentes e adultos com deficiência visual do CEPRE/ FCM/UNICAMP.

Foram entrevistados 9 crianças e adolescentes e 9 familiares. Todos os envolvidos nesta pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 1 e 2).

6.5 Critério de exclusão dos sujeitos

Não puderam participar da pesquisa crianças e adolescentes que não estavam matriculados na escola, que tinham outra deficiência associada à baixa visão e os que não assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 1).

6.6 Abordagem metodológica

Para avaliar a dinâmica de aprendizagem no ensino regular desses pacientes foi adotada a análise quantitativa de todos os dados obtidos.

6.7 Coleta de dados

Para este estudo foram utilizados roteiros de entrevista: um para os alunos (Apêndice 1) e outro para os familiares (Apêndice 2). A coleta dos dados foi realizada pela própria pesquisadora no Cepre, em horário anterior ou posterior ao atendimento, no período de junho à novembro de 2010. Os dados foram coletados com auxílio de um gravador de áudio e transcritos como segue neste trabalho.

6.8 Instrumento para coleta de dados

A coleta de dados ocorreu com a aplicação de entrevista aos alunos (Apêndice 1) e a seus familiares (Apêndice 2) , onde constavam a seguintes variáveis: idade, série escolar, nome da escola, aprendizagem, uso de recursos

e tecnologia assistiva, condições que facilitam ou dificultam a inclusão, relacionamentos, preconceito, auxílio para realizar tarefas escolares, participação em outros serviços de atendimento, relato de experiências.

7. ASPECTOS ÉTICOS

Como toda pesquisa realizada com seres humanos, este estudo está em conformidade com a Resolução 196/ 96 do CONEP, como se segue:

- A pesquisa foi apresentada ao Cepre para ciência e autorização;
- A pesquisa foi apresentada aos sujeitos e responsáveis, para ciência e autorização;
- A participação dos sujeitos ocorreu na condição de voluntária mediante concordância dos pais ou familiares, sendo que os mesmos poderiam se negar a responder parte, se recusar a participar do estudo, bem como interromper sua participação a qualquer momento, sem quaisquer prejuízos no atendimento que estivessem recebendo no CEPRE- UNICAMP;
- Os sujeitos e responsáveis foram esclarecidos oralmente quanto à natureza e aos objetivos da pesquisa, onde autorizaram, por escrito, a realização da mesma, ao firmar um "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido" (Anexo 1 e 2), no qual constavam informações sobre os procedimentos aos quais seriam submetidos e esclarecidos;
- Foi garantido o sigilo dos sujeitos, bem como dos dados obtidos na pesquisa, que foram utilizados somente para fins didáticos e/ ou científicos;
- Os riscos, neste estudo, não permitem ponderação, já que aparentemente, não existem;
- Os participantes poderiam a qualquer momento pedir esclarecimentos sobre quaisquer aspectos da pesquisa.

8. RESULTADOS

Objetivou-se com o presente estudo conhecer a percepção de alunos com baixa visão e de seus familiares a respeito das condições de aprendizagem, utilização de recursos de tecnologia assistiva e as relações na escola e por este viés, conhecer aspectos das escolas regulares em que estão

matriculados. Com estes dados poderemos reforçar a importância do uso de auxílios material e pessoal para facilitar a aprendizagem desses indivíduos.

O total de alunos e familiares entrevistados foi de 18 participantes. A tabela abaixo apresenta características pessoais e escolares dos alunos entrevistados durante a pesquisa:

Tabela 1: Características pessoais e escolares de alunos. Campinas, SP, 2010.

Aluno	Sexo	Idade	Série	Instituição	Cidade
G.	Masculino	7	3º ano EF*	Particular	Cosmópolis – SP
T.	Feminino	7	2º ano EF	Particular	Sumaré – SP
M.	Masculino	6	1º ano EF	Particular	Campinas – SP
M.	Masculino	16	7ª e 8ª série EF	Pública	Cristina – MG
G.	Masculino	7	1º ano EF	Pública	Campinas – SP
C.	Masculino	14	1º EM**	Pública	Sumaré – SP
F.	Feminino	14	8ª série EF	Pública	Atibaia – SP
N.	Feminino	14	7ª série EF	Pública	Mogi Mirim – SP
I.	Feminino	13	4º ano EF	Pública	Cambuí - MG

* EF – Ensino Fundamental

** EM – Ensino Médio

Tabela 2: Características pessoais e grau de satisfação dos familiares sobre o atendimento escolar dos filhos. Campinas, SP, 2010.

Aluno	Familiar	Idade	Parentesco	Atendimento Escolar	Cidade
G.	C.L.M	32	Pai	Satisfeito	Cosmópolis – SP
T.	M.A.Q.S	56	Avó	Sugere melhoras	Sumaré – SP
M.	R.N.L.N.S	36	Mãe	Satisfeita	Campinas – SP
M.	M.M.S.S	41	Mãe	Insatisfeita	Cristina – MG
G.	I.N	35	Mãe	Sugere melhoras	Campinas – SP
C.	R.B.Z	59	Avó	Insatisfeita	Sumaré – SP
F.	M.A.L	46	Pai	Satisfeito	Atibaia – SP
N.	T.G	62	Avó	Insatisfeita	Mogi Mirim – SP
I.	A.F.C	36	Mãe	Sugere melhoras	Cambuí – MG

A Tabela 2 refere-se às características pessoais dos familiares e também apresenta o grau de satisfação desses em relação ao atendimento

escolar os filhos, verificando-se que somente 03 pais consideram-se satisfeitos com o atendimento que a escola tem fornecido aos seus filhos.

Foram aplicadas entrevistas aos alunos (Apêndice 1) e a seus familiares (Apêndice 2) seguindo um roteiro. As entrevistas foram revisadas e transcritas em aspectos formais da língua portuguesa, sendo assim são descritas a seguir:

8.1 Entrevista I - Familiar / Aluno

FAMILIAR - C.L.M. tenho 32 anos e moro em Cosmópolis, como eu trabalho, chego tarde, costumo buscá-lo direto na escola. Aqui na Unicamp trago ele toda terça feira a cada quinze dias. Em casa ele fica no período da manhã com uma moça que cuida dele e da irmã dele e no período da tarde ele vai para escola.

Fora isso, ele fica com a mãe, eu e a irmã à tarde, é tudo tranqüilo, só às vezes precisa mandar ele fazer as coisas como tomar banho; ele gosta muito de televisão, mas faz tudo sozinho mesmo, se vira com tudo.

Acho que está bom o aprendizado dele na escola, minha esposa acompanha bastante, as notas dele são boas, é um excelente aluno. Está no 3º ano, tem sete anos, e está na série correta, foi aprovado corretamente. Foi feita a avaliação dele, o que precisava, estamos seguindo o que o especialista recomendou.

Foi feita uma carta e levamos na escola e a Prefeitura comprou alguns recursos pra ele, então seguindo isso, e o que eles falaram para nós, está tendo tudo na escola. A prefeitura comprou e nós compramos em particular também, ele tem o dele e tem o da escola, é o mesmo tipo de material que ele usa na escola e em casa.

O relacionamento com os professores é tranqüilo, ele tem os amiguinhos dele, mas sempre ele reclama de um ou outro, mas a gente entende que é criança peralta, criança não tem jeito. Diz que empurra na fila, algo assim, mas nunca teve nada mais sério.

Eu acho que a escola não precisa melhorar muito não, ele fica na sala junto com os colegas, a única diferença, é em livro ou apostila que tem uma linha mais forte e o material é próprio, adaptado para a visão dele, mas só isso,

no mais ele estuda com os outros. Outra coisa é que a professora coloca ele na primeira carteira, sempre mais perto da lousa.

Ele tem o livro igual aos outros, mas adaptado, ele tem as apostilas adaptadas, mas os livros não, ele usa os aparelhos dele para acompanhar melhor, mas a apostila e caderno são diferentes, é um caderno que a gente manda fazer, com linhas maiores, mais escuras.

Ma eles estuda junto com os alunos, normal. A escola disponibilizou o material para cópia, mas nós pagamos por fora, mandamos fazer.

ALUNO - G.O.M. tenho sete anos, estudo no objetivo em Cosmópolis e estou no 3º ano EF, lá tem todo o material. Eu uso mais a pedra e a lupa, minha apostila não é adaptada, mais eu consigo ver com a lupa.

Às vezes a professora me ajuda, só vou no horário de aula para a escola. Não tenho dificuldade em aprender o que a professora ensina, quando ela passa alguma coisa na lousa, ela escreve grande. Na minha casa tem uma pessoa que me ajuda, a Daniela, é uma pessoa que fica comigo e com a Ana, ela me ajuda e minha mãe também, de manhã.

Na escola me tratam bem, mas eu tenho um problema, é um colega que às vezes eu não falo nada e ele me empurra na fila e fica me respondendo, às vezes a gente até briga. A gente nem chama a professora, depois que ele fala alguma coisa a gente para de falar.

Eu consigo fazer todas as lições de casa. A professora me ajuda e às vezes para ler, algumas provas são ampliadas. A escola não precisa melhorar nada não.

8.2 Entrevista II - Familiar / Aluno

FAMILIAR – M.A.Q.S., 56 anos, moro no Parque Bandeirantes/Sumaré, sou avó da T., acompanho o dia a dia dela porque a mãe trabalha então a gente dá uma força. Ela fica durante o dia em casa, eu arrumo e mando para escola, levo ao médico, à noite vai para a casa da mãe, às vezes durante a semana quando não dá, ela fica em minha casa e só retorna para a casa dela no final da semana.

Ela é tranquila, não tem nenhuma dificuldade, na escola a professora falou que ela estava com um pouco de dificuldade, mas depois a gente foi na reunião e ela falou que a T. já desenvolveu bastante, está com dificuldade em ler, ela não lê ainda, está no 2º ano EF, tem sete anos.

Quanto aos recursos, às vezes eu penso que uma pessoa para ajudar ela na hora das atividades seria bom, porque ela chega em casa e fala que não conseguiu fazer a atividade, eu pergunto se alguém foi ensinar e ela diz que em algumas vezes alguém foi e em outras não.

Ela estava na rede pública, nós tiramos para colocar na particular para ver se desenvolve mais, achamos que melhorou um pouco. O relacionamento com os professores é normal, eles ajudam.

A escola tem que melhorar sim tem que ter mais atenção para as crianças que tem dificuldade, a gente não vê o que acontece na escola, é mais pelo que ela fala, tinha que ter uma monitora para explicar melhor para eles.

Ela tem dificuldade de enxergar a lousa, ela diz que mesmo na frente, tem dificuldade, ela levanta várias vezes, vai, olha a letreirinha e volta, ai atrasa a atividade no caderno que é a cópia, porque ela precisa levantar para enxergar, e às vezes ela não tem tempo para terminar de fazer.

Ela não tem colega para ajudar, o material dela é igual de todos e as provas também, nada ampliado.

ALUNO – T. tenho sete anos, estudo no IASP, estou no 2º Ano, tenho todo o material que preciso para minhas necessidades. A escola não tem outro atendimento diferente, vou no horário normal para a escola. Tenho dificuldade em enxergar o canetão que fica fraco na lousa branca e tenho que levantar e ir perto.

Quando a professora passa a gente tem que escrever, e nenhum colega ajuda a falar o que está escrito. Não sei se a escola dando materiais, poderia me ajudar. Seria melhor se fosse ampliado, todos me tratam bem, a minha irmã me ajuda e a fazer lição, às vezes minha tia, minha avó, minha mãe. Consigo fazer todas as tarefas que a professora me manda, mas, eu não sei o que poderia melhorar.

A aluna é atendida periodicamente em uma instituição chamada Pró-visão.

8.3 Entrevista III - Familiar / Aluno

FAMILIAR – R. moro em Campinas no bairro São Bernardo, tenho 36 anos. A rotina com o M. é tranquila, ele faz as atividades sozinho, não precisa de ajuda. Até o ano passado ele não conseguia acompanhar, mas esse ano, não sei se é porque está crescendo, já consegue acompanhar mais e tem mais interesse, está melhor.

Ele tem dificuldade com as letras, não tem habilidade com as letras grandes, ele tem 6 anos e está no 1º ano do ensino fundamental. Quanto aos recursos, eu comprei a lupa de bola e a lunetinha, ele faz o treinamento aqui (CEPRE) para usar, a luneta ele não consegue achar o foco por ter pouco tempo de uso, mas a lupa de bola está ajudando bastante ele, a professora falou isso também.

Ele usa a lunetinha para ver melhor a lousa, está treinando aqui, porque ainda não consegue achar o foco, é um pouco mais complicado.

O relacionamento com os professores e colegas é bom, ele tende a se isolar mais, dependendo do tipo de brincadeira, não consegue, como um joguinho, por causa da visão dele ele não pode. Não consegue ser muito rápido e ele acaba se isolando um pouco, não gosta de brincadeiras desse tipo, ele brinca mais de bola e recreação.

Ele não tem um amigo específico, não é apegado a ninguém, ele gosta muito da professora. A escola está participando bastante, chamam para conversar e me indicaram o CEPRE para o treinamento com ele, acredito que está bom. Na aula ele acompanha, mas não é o mais adiantado, algumas lições são ampliadas para ele, outras, com auxílio da lupa ele consegue.

Tem uma atividade de lego que acompanha uma apostila, que não é ampliada, assim ele usa a lupa. Como ele tem 40% da visão, é mais complicado e difícil, mas por estar no 1º ano do EF a professora ajuda bastante e ele precisa muito dos recursos, é mais fácil.

ALUNO – M., tenho 6 anos, estudo no colégio Ave Maria em Campinas, faço o 1º ano EF. Ele diz que tem todo material que precisa, frequenta o período

normal de aula com os colegas mesmo, diz que ninguém precisa ajudar, faz tudo sozinho, ainda diz que não tem dificuldade.

A escola está dando todo o material, não o tratam mal, a mãe ajuda a fazer as lições e usa o lápis. Quanto a atividades que precisa da lupa ele diz que precisa, mas não usa, consegue fazer as lições, se relaciona bem com todos e não vê algo em que a escola possa melhorar.

8.4 Entrevista IV - Familiar / Aluno

FAMILIAR – M. M. moro na cidade de Cristina-MG, tenho 41 anos. Nas atividades diárias como as refeições, eu faço o prato dele porque tenho medo dele se queimar, deixo tudo pronto. Aquilo que acho perigoso deixo pronto, mas não deixo de ensinar ele a fazer, para ele poder se virar sozinho. Fora ele, tenho mais três filhos, preciso olhar quando se veste para ver se está do lado certo ou avesso.

Bom, o aprendizado dele na escola é assim, os professores lá não ajudam em nada, são muito poucos professores que fazem alguma coisa por ele, entendeu, um dia desses até um professor foi lá em casa e por um momento achei que ela iria bater nele dentro da minha casa. Ele falou para a professora que não ia copiar a matéria dela, e ela disse que então ele ia descer na diretoria, a professora foi brava na minha casa para poder me falar.

Eles não ajudam, não são capacitados para atender crianças como meu filho o M., e ele não é o único da escola que é assim, mas eu sou a única mãe que corro com ele, trato dele desde os 4 anos de idade aqui (CEPRE) e as outras mães não tem essa preocupação de sair e levar o filho. Os professores lá não são preparados.

Ele está cursando a 7ª e 8ª série junto, porque ele não tem idade para ficar na 7ª série, já está mais velho, é um programa que chama EJA (Educação de Jovens e Adultos). Eu acho que ele não vai dar conta, não tem recurso, nem livro com letra maior, nada.

A prova dele é feita no mimeografo, a professora escreve e passa no mimeografo, até arrumei confusão um dia desses porque, eu que não tenho problema de visão, não enxergava o que estava escrito e ai ele tirou zero na

prova. Fui até a escola porque a diretora mandou me chamar dizendo que ele não estudou, e eu disse que não era isso.

Pedi para ela ler o que está escrito na prova, disse a ela, eu que não tenho problema de visão não consigo ler, então a senhora lê para mim. Ela disse que realmente não dava para ler. Eu já pedi várias vezes desde que trato com ele na visão subnormal, sob orientação da professora Bete que conversou comigo para pedir aos professores fazerem letra maior no quadro, mas eles não fazem.

A minha cidade é muito pequenininha, pacata, parada. Ele estuda na rede pública. Tem professor que ele gosta sabe, e ele vai até bem na matéria, mas tem um, igual essa que é de Geografia, não dá certo, ele não vai bem porque ela vive pegando no pé dele. Tem uma professora a Ana, está tentando montar alguma sala para esses alunos com problema de visão, para conseguir livro, tudo com letra maior para eles, essas coisas que eles precisam.

De segunda e quarta ele vai com ela das 10 às 11hs, e alguns professores pedem para ela aplicar a prova com ele, ele senta com ela e ela lê a prova para ele e ele mesmo escrevendo responde, quando ajudam ele assim, ele vai bem, mas quando o professor não deixa a Ana aplicar a prova, ele não vai bem. Ele é atendido pela Ana de manhã, e ele estuda das 12 às 16:20hs.

A escola tinha que preparar melhor os professores, ter boa vontade, tanto deles quanto da diretora da escola. Com os colegas ele se dá muito bem, mas ele já percebeu que às vezes precisa se defender e usar a força dele, ele tem 16 anos, mas é grandão.

Como ele não conhece as pessoas pelo rosto, pela feição, ele conhece pela voz, então às vezes passa algum coleguinha bate ou faz alguma coisa, então, se der tempo dele pegar, ele troca na força o que o outro fez, ele é forte, e então depois vem a reclamação que ele está brigando e batendo, ele é grande e já sabe se defender.

Existe grande necessidade de atendimento para ele, essa Ana está tentando ganhar uma sala para eles, mas parece que a gente tem que ir lá em Uberaba, o M. e as outras crianças, para passar no médico de lá, para eles comprovarem a deficiência visual para assim poder ganhar esta sala, aí então parece que eles vão ganhar uma sala especial.

Dizem que os livros serão com letra maior, que vão ganhar quadro, giz, tudo para fazer o melhor para eles. Mas a Ana não chamou mais a gente para conversar a respeito disso, acho que está esperando uma vaga em Uberaba, que dê para levar os alunos.

ALUNO – M., eu tive problema de visão, por ter ficado muito tempo na barriga da minha mãe, o médico não sabia que eram bebês gêmeos, faltou oxigênio. Tenho 16 anos, estudo na Escola Estadual Cônego Ártemis Esquiavom, eu estou no PAV que é 7ª e 8ª série junto, não tem nada de material ampliado. O atendimento que tem, começou agora, com uma professora que ajuda a fazer prova, os exercícios e estudar pra prova.

Já tive dificuldade em aprender matemática, pela matéria mesmo, porque não usa a escrita muito. Nas outras matérias, o problema é quando a gente pergunta o os professores acham ruim, aí, não pergunto, fico quieto e não copio a matéria.

Se a escola tivesse o material adequado ajudaria, não só eu, mas outras pessoas que precisam. Em todo lugar existe preconceito, não só na escola como na rua também.

As tarefas de casa, para falar a verdade, não tem, eles não passam tarefa. Quando mandam algum exercício para nota para fazer em casa, eu tenho uma vizinha que foi professora, que aposentou a pouco tempo e ela me ajuda.

O meu relacionamento com os colegas é mais ou menos, e com os professores a mesma coisa. Alguns professores são um pouco ignorantes, não quanto à atenção, mas ficam insultando, essas coisas, aí eu procuro me afastar. A escola tem que dar mais atenção aos deficientes visuais, auditivos, mentais e isso principalmente os professores.

8.5 Entrevista V - Familiar / Aluno

FAMILIAR – I. N. tenho 35 anos, moro em Campinas. Ele é uma criança bastante independente, faz quase tudo sozinho, mas por preguiça não se troca sozinho e às vezes não toma banho sozinho. A gente tem muito “xodozinho” com ele.

Ajudo nas tarefas de casa, fui à reunião ontem e segundo a professora ele está indo muito bem mediante as dificuldades dele, por causa da baixa visão, está no 1º ano EF e tem 7 anos.

Eu acho que a lupa é um recurso que ajudaria na escola, inclusive o médico já indicou, mas ele ainda não tem porque não teve condições de comprar, mas uma funcionária da escola está vendo se consegue, é uma escola pública, a professora de educação especial está tentando ver se consegue.

Na escola tem a pedagoga que atende, mas eu não sei te dizer como é o trabalho dela, se não me engano ela vai de vez em quando na sala de aula junto com a professora, ver como está acompanhando.

Ele sofre um pouco de preconceito com alguns, mas não todos, a maioria das crianças gosta muito dele, por ele ser assim, muitos querem ajudar e tem um carinho enorme com ele, inclusive ele até fica constrangido, porque as crianças querem pegar nele, porque ele é miudinho e elas querem pegar como se fosse bebê. Ajudam a descer e subir escada, mas ele consegue fazer tudo sozinho.

A escola poderia melhorar fornecendo o material adaptado, estou tentando arrumar, mas ele tem muita dificuldade, o material é todo normal, então se fosse adaptado seria melhor, ele conseguiria estudar melhor.

ALUNO – G.H.A., tenho 7 anos, escola é a Ciro, não sei o que é pública ou privada, não sei se minha mãe paga ou não. Eu estou no 1º ano A EF, lá tem livro o meu tem letra maior. Vou só de manhã e meus amigos me ajudam na lição.

Quando tem atividade, a professora faz com canetinha mais forte em cima e eu copio com lápis embaixo. Eu acho que se tivesse lupa e letras grandes iria ajudar.

Nunca senti preconceito por parte dos colegas, quanto às lições a minha mãe ajuda, eu consigo fazer todas as lições. Acho que a escola não precisa fazer nada para mim, só me dar uma canetinha amarela para pintar.

Observação, foi preciso explicar e ajudar com as perguntas e respostas, por ser muito novo, o aluno não entendia algumas perguntas.

8.6 Entrevista VI - Familiar / Aluno

FAMILIAR – R. tenho 59 anos, moramos em Sumaré no bairro Matão. Sou avó dele, quem fica mais com ele sou eu mesmo, ele não depende da gente não, só é um pouco preguiçoso, gosta de tudo na mão, mas se a gente não der ele vai e pega, ele gosta muito de pedir, às vezes eu falo para ele esperar quando pede alguma coisa, pra ver se ele vai buscar.

Na escola, sinceramente é começo de matéria sem fim, que nunca termina as professoras não se interessam em ensinar mesmo, por exemplo, se passam atividade na lousa, tem um menino que dita, mas se ele não pode fica sem fazer.

Ele ultimamente anda de jeito, que não aceita quando avisamos sobre algo que ele não enxerga, ele diz, que enxerga. Ele está com complexo da gente achar que ele é cego, mas ele não é cego, ele enxerga, mas eu digo a ele que é pouco.

Na escola, não tinha ampliado nada para ele até agora, eu andei reclamando e a escola pediu numa escola de recurso em Sumaré e mandaram ampliado para ele só agora nas férias, o que quer dizer metade do ano perdido. Essa metade, o que ele não aprendeu no começo, vai ter que aprender tudo agora? Vai ter que ser aquele empurrão?

Na prova eles ampliaram para ele, mas são provas que não ensinam nada, não aprende nada, não olham o caderno. Se você ver o caderno dele você desmaia, não tem nada. O caderno dos colegas tem visto e o dele não, porque ele não leva para a professora ver e então não faz.

ALUNO – C. tenho 14 anos, estudo na Escola Estadual Manoel Albaladejo Fernandes, é pública, e estou no 1º colegial. O material só chegou agora, e no começo do ano um amigo falava pra mim aquilo que eu não conseguia ver, mas acho que agora não vai precisar, ele ditava o que estava na lousa para eu escrever no caderno.

A escola não tem outro horário de atendimento, só vou na aula, e sempre tive dificuldade em aprender matemática. Acho que faria diferença se tivesse o material para eu ver, mas quanto a aprender não acho que mudaria não.

Nunca senti nenhum preconceito na escola (a avó que está próxima desmente balançando a cabeça em negativo). Faço sozinho as tarefas de casa, e faço todas as atividades que eles passam, porque a maioria é em dupla.

Não tenho nada pra falar sobre a escola, só que deveria providenciar antes o material ampliado, antes de acabar a matéria. Agora que acabou a apostila volume 2, chegou a ampliada, mas sendo que todos vão começar a usar a apostila volume 3. Eu frequento uma outra escola que tem sala de recurso no outro período, mas é só uma vez por semana.

8.7 Entrevista VII - Familiar / Aluno

FAMILIAR – M.A.L. tenho 46 anos, moro em Atibaia. A rotina é normal com ela, só é um pouco teimosa. Saio de manhã para trabalhar, levo na escola e volto só a tarde, chego em casa por volta das 17 horas. Ela faz as atividades sozinha com pouco de dificuldade, tem coisa que a gente faz para ela porque não encontra por causa da visão.

Ela começou a perder a visão com 3 anos, a l. minha esposa vai às reuniões e os professores ficam impressionados. Os trabalhos são mais difíceis para ela fazer, copiar e escrever, não consegue seguir muito a turma, mas grava tudo na cabeça. Coisas que o professor explica e os outros copiam, ela guarda tudo na cabeça, o que os outros não conseguem fazer.

Os recursos que eu acho mais importante no caso é a lupa, porque para acompanhar o que é escrito na lousa ela enxerga muito pouco, no começo ela levantava e ia até lousa para ler. Alguns professores ditam, quando não consegue, leva o caderno de alguma colega para casa e copia, porque tudo assim ela não consegue seguir. Os professores sempre ajudam e os colegas colaboram bastante. Eles fornecem a apostila com letra ampliada, mas não tem sala de recurso.

ALUNO – F.B.L. tenho 14 anos, estudo na Escola Estadual Profa Isalina Patrocínio de Lima, estou na 8ª série. O material não tem na escola, mas é pedido ao governo e eles mandam apostilas ampliadas, na verdade é assim, os

bimestres que a gente vai usar, chega atrasado, mas eu consigo acompanhar sim.

Na minha escola não tem sala de recurso, o professor de ciências escreve na lousa e vai ditando, mas só ele. Nunca tive dificuldades por conta disso, acho que o material vindo com antecedência ajudaria na aprendizagem. Quanto ao preconceito assim, tem coisas que alguns alunos falam, mas nem ligo porque sempre tem.

A tarefa de casa eu faço sozinha, na escola se o professor não ajudar, eu tenho uma colega que me dita a lição. E em casa quando não consigo fazer, a minha mãe me ajuda, ou meu pai. Acho que a escola deveria ter mais recursos. É uma escola rural, e por isso não tem quase nada. Dependendo da deficiência a escola precisa ver o que o aluno necessita.

A lupa, eu ainda não comprei, e a escola forneceu uma lupa régua, mas eu acho complicada de usar, quero comprar a lupa pedra. Meu caderno é comum e escrevo normalmente nele.

8.8 Entrevista VIII - Familiar / Aluno

FAMILIAR – T.G. tenho, 62 anos, moro em Mogi Mirim. Quanto ao material, eu acho que o governo deveria fornecer ampliado, mas como lá a escola dela é da Prefeitura, não conseguimos negociar com o prefeito, porque ele não se interessa por nada, mesmo que a direção da escola corra atrás, mas se o prefeito não faz a direção não tem como fazer. Agora se o prefeito não fornece o material, não tem como, e a gente não tem muitas posses e essas coisas ficam muito caras, é difícil.

Antes um rapaz nosso vizinho, digitava no computador, mas era por conta nossa e do rapaz, ele ajudava bastante, mas chegou em um ponto que nem ele podia por estar desempregado, e outra, é obrigação do governo! A gente fica retraída com isso, a falta de material causa muita dificuldade.

Quanto ao relacionamento com os colegas e professores, eu não percebo preconceito, acredito que por a gente estar aqui, e ter uma comunicação com a escola e o Cepre através de relatórios, ela é respeitada, a inclusão dela é total, é muito respeitada. A direção e professores são uns

amores e gostam muito dela. A diretora é muito boa, tem paciência, é bem enérgica para terem respeito com a N.

Eu devo isso ao Cepre, porque possibilitou a comunicação com a escola, tem profissionais exemplares aqui (CEPRE), uma maravilha! Algumas professoras vieram para conversar e ter ciência de como deveria ser o tratamento com a N. na escola, então o problema maior é com o material.

A visão dela é muito pouca, só enxerga de um olho e usa 8 graus e mais a lupa, você imagina então a dificuldade. Muitas vezes é dispensada da escola por este motivo, não por falta de interesse, mas pela dor e vermelhidão que sente no olho. Ela precisa ficar no escuro até passar, fazia tratamento com colírio, mas como começou a dar arritmia parou.

Foi preciso fazer uma incisão por causa do glaucoma e suspenderam os remédios, no mais, realmente é o caso é material adequado.

Aqui em Campinas já vi material adaptado, mas depende do prefeito. Fui na Secretaria da Educação, mas eles falaram que não pode ser com eles, tem que o prefeito pedir, não tem como fazer isso, mas, não conseguimos ver o prefeito!

A assistente social nos trata com descaso total, em quase todas as cidades é assim, mas aqui (Campinas) eu vejo muita atenção. Apesar de tudo isso a Natalia está onde está hoje, com o entendimento e aprendizado que ela tem, graças ao atendimento no Cepre.

ALUNO – N.H.G. tenho 14 anos, estudo na escola Cleusa Marilene Vieira de Melo, em Mogi Mirim. Estou cursando a 7ª série, 8º ano. Não tenho material adaptado, só me deram a lupa, não tem apostila, livro, nada adaptado. A escola não oferece sala de recursos. Já tive dificuldade em aprender por causa disso, principalmente Português e Matemática.

Quando tem alguma atividade na lousa, às vezes os professores copiam para mim, ou tem a mesma matéria no livro, então pego minha lupa e leio. Se a escola oferecesse o material adequado me ajudaria muito.

Quanto ao preconceito, na minha sala não sinto, na escola em geral ninguém chegou em mim e falou algo, deve ter, mas não de falar. Meus professores e colegas me tratam bem.

A maioria das vezes consigo fazer as atividades da escola sozinha, mas também preciso da ajuda de colegas.

Tenho um pouco de dificuldade porque fico com a vista cansada e irritada, então acabo ficando nervosa, porque tenho um tempo para fazer as tarefas. Tenho dor nos olhos, coça e às vezes ligam para minha avó para me buscar na escola por causa disso.

A escola poderia ter mais aparelhos pra ajudar na minha visão, e apostilas com letras maiores. Quando eu era menor, nós tínhamos um vizinho que mexia com computador e pedíamos, para ele fazer com letra 26 ou 28 e ele transformava a apostila em três cadernos. Mas agora, está tudo muito caro.

8.9 Entrevista IX - Familiar / Aluno

FAMILIAR – A. tenho 36 anos, moro em Cambuí-MG. Como trabalho fora, fazendo faxina ela fica com minha mãe que mora no mesmo quintal, fica em casa sozinha, mas minha mãe mora perto.

O aprendizado dela na escola está mais ou menos, o problema da visão dela complica, ela estuda na escola do estado, está no 4º ano, 3ª série do EF. Na escola não tem recursos, só o caderno dela que é feito de sulfite, com linhas pretas fortes, é a prefeitura que fornece, mas só os cadernos, agora os livros é igual de todos.

Ela só tem 5,0% da visão e o olho esquerdo só percebe reflexo, levei recentemente no oftalmo e ele confirmou isso disse isso.

Com o caderno, algumas coisas ela consegue fazer, por ser falante acaba perguntando bastante às coisas, implicando com os outros, então ela tem dificuldade com isso, porque até a gente às vezes se irrita.

Nas amizades ela tem dificuldade porque as crianças ficam irritadas por ela falar muito, a professora deste ano está bem, mas do ano retrasado, não deu muito certo.

A escola não tem sala de recurso, só quando ela tem bastante dificuldade alguém ajuda, mas não tem professora fixa para as necessidades.

Até pensei em colocá-la no período integral, por causa da dificuldade dela e para melhorar o aprendizado, mas não tem vaga.

Tem muita coisa pra melhorar com as pessoas de dificuldade especial, se ela tivesse o material ampliado iria conseguir ler sozinha, com um pouco de esforço ela consegue. Mas os textos precisam ser em letra de forma, porque ela não entende e nem escreve com letra cursiva.

ALUNO – I. tenho 13 anos, estudo na escola Maria Conceição de Moraes, é uma escola pública, estou no 4º ano, 3ª série EF.

Na minha escola o material adaptado é mais ou menos, só recebo os cadernos e a escola não oferece outro atendimento. Já tive dificuldade com atividades de fração, acho que tem a ver com minhas dificuldades, se a escola tivesse o material adequado iria ajudar.

Não sinto preconceito na escola, nas tarefas de casa tenho minha mãe para ajudar, ela dita e consigo fazer todas as lições. A escola poderia melhorar fornecendo o material.

9. ANÁLISE DOS RESULTADOS

As observações que levanto estão relacionadas na maior parte dos relatos, em que a maioria dos alunos tem dificuldade durante as atividades passadas na lousa, por não receberem frequentemente ajuda, dependendo muitas vezes dos próprios colegas ajudarem, além de nem todo material ser transcrito e adaptado.

Os alunos que estudam em colégio particular tem mais acesso ao material e recursos necessários, mesmo que insuficientes, já aqueles que estudam no setor público quando recebem o material chega com atraso.

Os adolescentes tem mais dificuldade devido a rotatividade dos professores em sala de aula e percebi que a maioria deles perdeu o interesse pelo aprendizado devido as dificuldades e falta de incentivos.

Em um dos relatos de familiares percebi por parte da mãe, grande irritação com o relacionamento professor-aluno chegou a relatar que muitos professores obrigam o aluno a copiar da lousa e não permitem que mude de lugar, logo o mandavam à para diretoria.

Nota-se que a maioria dos alunos que estudam em rede privada de ensino está nas séries iniciais, mas a maioria dos entrevistados estuda em rede

pública de ensino. Mediante a este fato, é possível notar a preocupação dos responsáveis com o aprendizado nas primeiras séries, devido à leitura e escrita serem o foco nestas séries.

Entende-se que a busca por instituições privadas, possa ser um fator diferencial no atendimento dos alunos no entendimento dos responsáveis, mas é possível verificar por meio das entrevistas, que a disponibilização de recursos e auxílio ao aluno com deficiência visual é bastante próxima nas duas instituições, pois a maioria não fornece atendimento adequado.

Os alunos que cursam as primeiras séries do Ensino Fundamental recebem maior atenção dos professores, uma vez que estes são polivalentes e por isso fixos em determinada série, à medida que avançam nas séries, pode-se notar a ausência de auxílio dos professores, devido a rotatividade dos mesmos.

O problema mais comum apresentado pelos familiares e alunos é a falta da material adaptado, e quando enviado chega com atraso e o aluno não consegue acompanhar o que é passado em sala de aula, existe ainda aqueles que fazem o material por conta própria, e se deparam com o custo alto dos mesmos e assim não dão continuidade nesse procedimento.

Alguns alunos tem auxílio para realizarem as atividades com recursos ópticos como a lupa régua, outros preferem a lupa com formato esférico para a leitura.

Outra dificuldade comum é a visualização dos conteúdos passados na lousa, muitos mesmo próximos à lousa precisam levantar-se e ir mais próximo, mas os alunos se queixam pelo atraso na atividade que isso ocasiona, quando algum colega dita ou o professor, relatam que acompanham mais.

Diante da questão envolvendo preconceito, alguns relatam que ocorre, mas a maioria de forma indireta, apenas um dos alunos entrevistados relatou que os professores o insultam e alguns alunos chegam a agredi-lo.

As entrevistas fundamentam a discussão a respeito do ensino que tem sido oferecido aos alunos com necessidades especiais, onde as instituições públicas ou privadas apresentam um atendimento aquém do necessário para os mesmos.

O despreparo do professor, a falta de material adequado, ausência de acompanhamento, desconhecimento dos responsáveis a respeito do direito dos

alunos com baixa visão, etc. Muitas vezes este aluno é tratado de maneira indiferente, e considerado muitas vezes como incapaz, mas entende-se que o currículo não tem atendido adequadamente os mesmos.

MONTILHA et al (2006), contribuem para a discussão do tema em questão destacando que, a sociedade é prejudicada pela falta de atenção à saúde visual no que diz respeito à força de trabalho, mas, além disso, também ocorrem conseqüências psicológicas, sociais, perda de auto-estima e confiança.

Os autores consideram que o professor deve estar capacitado para atender os alunos e ainda contar com apoios, formais e informais de ensino, pois conhecer o processo de escolarização dos portadores de deficiência visual é primordial para planejar a ação educativa.

Isto pode relacionar-se ao fato de que os professores, familiares e o próprio escolar desconhecem o potencial visual do portador de visão subnormal e os recursos ópticos e não ópticos que podem beneficiá-lo na execução de atividades escolares. Nem o próprio aluno nem o seu professor conhecem, muitas vezes, os recursos ambientais que podem favorecer o aprendizado do aluno de baixa visão (sentar-se próximo à lousa e próximo à janela para melhor iluminação, entre outros). É importante ressaltar a orientação à família e também a capacitação do professor no sentido de conhecer os recursos e estimular o aluno a usá-los. (MONTILHA, et al, 2006 p. 210).

A forma de atendimento destes alunos tem suas características particulares, segundo o Caderno de Educação Especial, existem requisitos básicos para o atendimento destes alunos que possam suprir as necessidades dos mesmos, muitas vezes o aluno com baixa visão permanece muito tempo sem que suas necessidades sejam atendidas.

MONTILHA et al (2006), consideram a grande importância das salas de recursos para estes alunos. São locais de complementação pedagógica e devidamente equipados com materiais que auxiliam os alunos com necessidades especiais. Espaço que deve integrar o aluno com deficiência visual na escola, assessorar os professores para atender adequadamente os alunos fornecer material didático especializado ou adaptado, etc.

Para o desenvolvimento do aluno com baixa visão, a orientação em mobilidade são essenciais para a autonomia do mesmo, e cabe ao professor proporcionar um ambiente favorável em sala de aula pois faz parte da aprendizagem do mesmo. O que notamos por meio das entrevistas, é que os relatos são distantes daquela realidade apontada como ideal, onde o aluno apenas copia conteúdos transmitidos pelos professores, sem ao menos entender o conteúdo, sendo que para determinadas disciplinas como geografia, história, matemática, entre outras, se faz necessário o contato por parte dos alunos de maneira mais concreta e adaptada com os mesmos. Pois para analisar mapas, fotos, efetuar contas matemáticas, quanto maior o contato com materiais adequados, maior será o aprendizado desses alunos.

As crianças deficientes visuais como qualquer outra tem o direito a uma educação que desenvolva suas potencialidades, mas estas tem particularidades nas condições de aprendizado e desenvolvimento.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“...toda a escola deve entender os princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade ou deficiência”.
(MONTANO, 2003, pg. 36-37)

A integração muitas vezes seleciona os alunos com deficiências explícitas e eles sofrem: com currículos adaptados, avaliações especiais, redução de objetivo. Exigindo menos dos alunos para aprenderem e a escola não muda totalmente, os próprios alunos o fazem, tendo que se adaptarem as exigências da instituição e continuarem seus estudos.

MOTA (2008) considera a inclusão como um avanço em relação ao movimento de integração social adotado pela sociedade, a fim de que pessoas com necessidades especiais participem do processo educacional em escolas regulares. A inclusão busca uma reconstrução do sistema educacional, em estruturas, a fim de oferecer um espaço democrático e competente onde a diversidade é respeitada.

CELENZA (2009), diz que a educação preocupada com a prática da cidadania, de forma dinâmica, valorizando e respeitando as diversidades dos alunos estimulando-os a construir conhecimento.

A inclusão que se fala muito deve promover a educação para todos, não apenas em adaptações físicas, mas sim promover a interação social, ensinar, respeitar a autonomia do aluno, não limitando sua aprendizagem e crescimento educacional e cognitivo. Toda criança deficiente ou não tem o direito à educação de qualidade.

FREIRE (1996), diz que os sujeitos crescem com as diferenças, toda discriminação é imoral e lutar contra ela é dever do educador.

A inclusão não deveria ser discutida de certa forma, pelo fato de todos terem o direito a educação.

"O debate sobre a inclusão deve ser relacionado a esse contexto, ou seja, quando se fala em inclusão em nossa sociedade pode-se, na verdade, estar escondendo o processo de exclusão social no qual os alunos e suas famílias estão inseridos". (GERALDI, 2004, p.64)

"Com uma sociedade não excludente, certamente não teremos mais que discutir inclusão. Essa nova sociedade está sendo construída a algum tempo. É preciso juntar-se a esse esforço. Mas, enquanto isso não se torna realidade, o que fazer?" (GERALDI, 2004, pg. 68)

Muito ainda precisa mudar no sistema educacional, principalmente a formação do professor, a pessoa com deficiência deve ser olhada de outra maneira, e não rotulada como incapaz.

A educação inclusiva visa uma educação de qualidade e que atenda a todos, pois todos tem algum tipo de deficiência, em cálculo, nos esportes, entre outros. O professor precisa rever seus conceitos e valores a fim de não buscar um modelo de estudante, mas lidar com a diversidade.

Diante deste papel importante do professor, vale lembrar as dificuldades enfrentadas pelos mesmos, como o número excessivo de alunos por turma, ausência de incentivos à reciclagem de professores, etc.

Para eliminar ou diminuir os problemas enfrentados pelos alunos com baixa visão na escola, deve-se garantir a estes, o direito de um atendimento

especializado até mesmo em classes especiais, adaptações no currículo, as salas de recursos em que o aluno pode ter contato com o material adequado à aprendizagem.

À escola cabe romper com os velhos paradigmas e preconceitos e visar um ensino de qualidade que atenda a todos, não discriminando. Aos professores a reflexão sobre a prática deve ser uma postura rotineira e não obrigatória, pois cada indivíduo independente de suas limitações é um ser capaz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Congresso Nacional. Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

_____. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), 1994.

Cadernos de Educação Especial - CEE. Deficiência Visual Abril 2002. Instituto Helena Antipoff. Centro de Referência em Educação Especial.

CAIADO, KRM. O Trabalho Pedagógico com o aluno cego. *In: Aluno Deficiente Visual na Escola*. Autores Associados. PUC – Campinas. 2003.

CAIRES, TP. Trabalho de conclusão de curso – A informática como recurso para o uso do resíduo visual por escolares com baixa visão. UNICAMP. Campinas, 2004

CARVALHO, K.M.M. GASPARETTO, M.E.R.F. VENTURINI, N.H.B & KARA-JOSÉ, N. Visão Subnormal: Orientações ao professor do ensino regular. 3ª ed. Campinas. UNICAMP. 2002.

CELENZA, CG. Trabalho de conclusão de curso – Formação de professores para a educação inclusiva segundo o referencial familiar: a construção de um novo paradigma. UNICAMP. Campinas, 2009.

DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais, São Paulo 1992.

FERREL, M. Deficiências sensoriais e incapacidades físicas: guia do professor. Tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre. Artmed,2008

GASPARETTO, M.E.R.F; TEMPORINI, E.R; CARVALHO K.M.M; KARA-JOSÉ, N. – O aluno portados de visão subnormal na escola regular; desafio para o professor? Arq. Brás. Oftalmol.,64:45-51, 2001.

_____. Orientações ao professor e à comunidade escolar resfentes aos aluno com baixa visão. In: SAMPAIO, M.W.S.; HADDAD,M.A.O; COSTA FILHO, H.A. Baixa visão e Cegueira: Os caminhos para a Reabilitação, a Educação ea Inclusão, Rio de Janeiro: Koogan, Cultura Médica,2010. p. 347-360.

GERALDI, C. Escola Viva. Campinas, SP: Mercado das Letras,2004.

HERRERO, M. Jesús Presentation.Prática 10 – Adaptações de uma unidade didática para crianças com deficiência visual. In.: Educação de alunos com necessidades especiais: bases psicológicas: caderno de atividades / M. Jesús Presentación Herrero; tradução Maria Helena Maurão Alves Oliveira, Marisa Bueno Mendes Gargantini. Bauru, SP. EDUSC,2000.

LIMA, NM (comp.). Legislação federal básica na área da pessoa portadora de deficiência: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência,2007.

MANTOAN, MTE. A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

_____. MTE. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MOTA, G. Inclusão Educacional das Pessoas Portadoras de Deficiência; Disponível na internet: <http://www.profala.com/arteducesp98.htm> - Acesso em 29/10/2010.

MONTILHA RCI, TEMPORINI ER, NOBRE MIRS, GASPARETTO MERF, KARA-JOSÉ N. Utilização de recursos ópticos e equipamentos por escolares com deficiência visual. Arq. Brás. Oftalmol, 69: 207-11, 2006.

NOBRE, MIRS. TEMPORINI, E.R. KARA-JOSÉ, N. MONTILHA R.C.I. Deficiência visual de escolares: percepção de mães. Temas sobre desenvolvimento 10 (55): 24-27. 2001.

OMOTE, S. Perspectiva. Volume. 24, n. Especial, p. 251-272, jul./dez. Florianópolis, 2006.

SASSAKI, RK. Inclusão. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1991.

SICORDE - Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência, 2007.

SILVA, S e VIZIM, M (org.) – Educação Especial – Entre a técnica pedagógica e a política educacional. In.: Educação especial: múltiplas leituras e diferentes significados. Campinas, SP. Mercado das Letras. Associação de Leitura do Brasil. ALB, 2001.

VYGOTSKY, L.S. Pensamento e Linguagem. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Série Psicologia e Pedagogia.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION – Global data on blindness. Geneva, v. 73, n. 1, p. 115-121, 1995.

ANEXO 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (menores de 18 anos)

Eu, Maria Elisabete Rodrigues Freire Gasparetto, pedagoga, Professora Doutora do Cepre / Fcm / Unicamp, portadora do RG. 4842168-6 e do CPF. 02510844857 e a aluna Camila Franzolin Araújo Gouvêa do Curso de Graduação em Pedagogia da Unicamp, portadora do RG. 43.574.820-8 e do CPF. 221.487.618-97, gostaríamos de solicitar a sua autorização para seu (a) filho (a) participar do estudo **“INCLUSÃO ESCOLAR SOB O PONTO DE VISTA DE**

ALUNOS COM BAIXA VISÃO E DE SEUS FAMILIARES”

A realização da pesquisa justifica-se pela necessidade de se investigar o processo de inclusão escolar para verificar: as condições de aprendizagem, a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva e o relacionamento pessoal.

É importante que o (a) senhor(a) saiba que tem o direito de aceitar ou não a participação de seu (a) filho (a) na pesquisa e também de se retirar a qualquer momento que considerar conveniente, sem prejuízo à participação de seu (a) filho (a) no Cepre.

Caso os senhores aceitem, queremos que saibam que as informações serão mantidas em sigilo e caso esta pesquisa for publicada, não serão identificados os participantes.

Eu, _____
_____, portador do RG
nº _____, e do CPF
nº _____,
autorizo meu (minha) filho (a)

_____, portador do RG
nº _____, participar
do estudo **“INCLUSÃO ESCOLAR SOB O
PONTO DE VISTA DE ALUNOS COM
BAIXA VISÃO E DE SEUS FAMILIARES”**

Assinatura do paciente

Assinatura do responsável

Assinatura do responsável pela pesquisa

obs: Será fornecida uma cópia para os
sujeitos da pesquisa.

Telefone para contato: (19) 3521 8818
Comitê de Ética em Pesquisa da UNICAMP,
à Rua: Tessália Vieira de Camargo, 126 -

ANEXO 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Maria Elisabete Rodrigues Freire Gasparetto, pedagoga, Professora Doutora do Cepre / Fcm / Unicamp, portadora do RG. 4842168-6 e do CPF. 02510844857 e a aluna Camila Franzolin Araújo Gouvêa do Curso de Graduação em Pedagogia da Unicamp, portadora do RG. 43.574.820-8 e do CPF. 221.487.618-97, gostaríamos de convidar os senhores para participares do estudo **“INCLUSÃO ESCOLAR SOB O PONTO DE VISTA DE ALUNOS COM BAIXA VISÃO E DE SEUS FAMILIARES”**

A realização da pesquisa justifica-se pela necessidade de se investigar o processo de inclusão escolar para verificar: as condições de aprendizagem, a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva e o relacionamento pessoal.

É importante que os senhores saibam que tem o direito de aceitarem ou não a participação e também de se retirarem a qualquer momento que considerarem conveniente, sem prejuízo à participação de seu (a) filho (a) no Cepre.

Eu, _____, portador do RG nº _____, e do CPF nº _____, responsável pelo escolar _____, portador do RG nº _____, aceito participar do estudo **“INCLUSÃO ESCOLAR SOB O PONTO DE VISTA DE ALUNOS COM BAIXA VISÃO E DE SEUS FAMILIARES”**

Assinatura do responsável

Assinatura do responsável pela pesquisa

obs: Será fornecida uma cópia para os sujeitos da pesquisa.

Telefone para contato: (19) 3521 8818

Comitê de Ética em Pesquisa da UNICAMP, à Rua: Tessália Vieira de Camargo, 126 - Caixa Postal 6111 CEP 13083-887 Campinas – SP. Fone (19) 3521-8936

Campinas, _____ de _____ de 2010 .

APÊNDICE 1

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. Qual é seu nome e idade?
2. Em que escola você estuda?
3. Qual a série que está cursando?
4. Em sua escola, você tem material adequado para suas necessidades?
5. A escola oferece algum atendimento especializado durante o período de aula, ou mesmo em outro horário? Em caso afirmativo, de que maneira isso acontece?
6. Você já teve alguma dificuldade para aprender o conteúdo escolar? Por qual motivo?
7. Caso a escola tivesse todo o material adequado para o ensino, você acredita que poderia facilitar o seu processo de aprendizagem?
8. Você sente algum tipo de preconceito? Sim ou não, de quem?
9. Em casa, você tem alguma pessoa que te ajuda nas tarefas escolares? De que maneira?
10. Você consegue cumprir todas as tarefas propostas pelos professores? De que maneira?
11. Você gostaria de relatar alguma experiência que tenha vivenciado na escola?
12. Como é o seu relacionamento com os professores e colegas?
13. Na sua opinião a sua escola poderia melhorar o ensino com as pessoas cegas e/ou com baixa visão? Como?

APÊNDICE 2

ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS FAMILIARES

01. Qual é seu nome, idade e município em que reside?
02. Como é a sua rotina juntamente com seu filho? Você gostaria de contar alguma experiência?
03. Na sua opinião, como tem sido o processo de aprendizagem do seu filho (a)?
04. Na sua opinião, o seu filho (a) utiliza recursos para melhorar o desempenho visual? Em caso afirmativo, quais?
05. Na sua opinião, como tem sido o relacionamento de seu filho (a) com os professores e colegas?
06. Como tem sido o seu relacionamento com os professores de seu filho (a)?
07. Na sua opinião a sua escola poderia melhorar o ensino com as pessoas cegas e/ou com baixa visão? Como?